

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

ZÉLIA AUREA SILVA DE AZEVEDO THOMAZ

***BANLIEUE* E A SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL DOS IMIGRANTES EM  
PARIS**

Campos dos Goytacazes

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

ZÉLIA AUREA SILVA DE AZEVEDO THOMAZ

*BANLIEUE* E A SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL DOS IMIGRANTES EM PARIS

Trabalho de conclusão de curso como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Geografia pela Universidade Federal Fluminense sob orientação da professora Dra. Silvana Cristina da Silva.

Campos dos Goytacazes

2016

ZÉLIA AUREA SILVA DE AZEVEDO THOMAZ

*BANLIEUE E A SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL DOS IMIGRANTES EM PARIS*

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Universidade Federal Fluminense como requisito  
parcial para obtenção do grau de bacharel em  
Geografia.

Defendida em 1º de abril de 2016.

Resultado: \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Silvana Cristina da Silva (orientadora)  
Universidade Federal Fluminense

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Glauco Bruce  
Universidade Federal Fluminense

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Marco Antônio Sampaio Malagoli  
Universidade Federal Fluminense

À mamãe,  
Que me viu crescer.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a muitas e muitas pessoas que me ajudaram a chegar até aqui. O mundo acadêmico é extremamente competitivo, estressante e por vezes, injusto. Foram muitos conselhos ouvidos e lágrimas derramadas mas também quem me ouviu, me aconselhou e não me fez desistir me marcaram profundamente: quem me incentivou, acreditou e confiou em mim. Houveram também aqueles que me serviram de exemplos,

positivos, aqueles que eu realmente me espelho mas até mesmo os exemplos negativos me ensinaram a não ser uma pesquisadora/professora hierárquica e autoritária. Claro que os exemplos e história pouco positivas não serão aqui narradas mas foram fortes componentes de um novo amadurecimento.

Agradeço a minha orientadora, profa. Silvana Cristina da Silva, por ser uma professora marcante, pela atenção com a monografia e pelo apoio desde que foi minha professora de Geopolítica no 6º período. Muito Obrigada!

Agradeço também àqueles que protagonizaram quase todo incentivo que recebi para os processos seletivos de 2015. Desde dezembro de 2014, passando pelo verão e outono de 2015, Adriana Filgueira Leite, Érika Moreira, Glauco Bruce e Tatiana Tramontani foram excelentes ouvintes das minhas angústias e ainda assim tinham confiança e paciência. Por fim, no final do ano, mais uma vez vocês foram além do papel de professores e me incentivaram mais uma vez. Gostaria muito de agradecer-los e dizer que vocês acreditaram mais em mim do que eu mesma. Me emprestaram livros, esquemas, me passaram links e tamanho o apoio que me sentia na obrigação de agradecer-los, sendo aprovada. Muito obrigada!

Agradeço ao meu professor Marco Malagoli, cujos ensinamentos sobre simplicidade, e também sobre metodologia, levo ainda comigo.

Agradeço as minhas amigas de Pensi, que me acolheram da melhor maneira possível e que compartilham comigo muitos momentos de estudo quase que diário e em conjunto, e que verdadeiramente uma ajuda a outra, seja no conteúdo, seja em não dormir, rs, são elas: Angélica He, Bárbara Ornellas, Ester Magalhães, Luiza, Paula Roberta, Paula Sá, Isadora Júdice, Daisy Telles e muitas outras que já chegaram e já partiram mas que a amizade continua. Se fosse para agradecer individualmente, não haveria página suficiente para narrar as histórias e de como cada uma com seu jeitinho me cativou.

Agradeço aos meus amigos Diogo Jordão e Guilherme Queiroz pela amizade e conquistas que obtivemos juntos.

E por fim, agradeço o mais importante, minha família, meu tio José Aguinaldo e meu tio Oswaldo e também minha mãe que incondicionalmente esteve ao meu lado em cada passo. Obrigada!

*Um dia terá que ser admitido oficialmente  
Que o que batizamos de realidade  
É uma ilusão até maior  
Do que o mundo dos sonhos.  
Salvador Dalí*

## **RESUMO**

Esta monografia tem como objetivo analisar o crescimento de Paris e também de sua *banlieue*, concomitante às políticas imigratórias na França ao longo do século XX e

o crescimento da demanda habitacional de caráter social. O próprio governo francês intercalou medidas de ora incentivo, ora desencorajamento pelos imigrantes devido as suas crises econômicas e de acordo com a demanda de mão-de-obra ao longo do século XX. Oscilou também a origem dos imigrantes: inicialmente italianos, espanhóis e poloneses e posteriormente os argelinos, marroquinos e tunisianos. Houve uma pressão no tecido urbano parisiense que junto com a reforma Haussmann, cristalizou os bairros centrais de Paris e anexou os *faubourgs* à cidade e transferiu as atividades indesejadas para sua periferia, como indústrias poluentes e também as habitações sociais, dando início a uma segregação residencial. A política habitacional por sua vez, inspirada na Carta de Atenas, atribuiu um caráter paisagístico monótono, atribuído pela arquitetura modernista presente nos *Grands Ensembles*. Esses conjuntos habitacionais que são o símbolo da *banlieue* possuem a característica de serem concentrados espacialmente e possuem uma representação histórica de habitação social precária. Nesse contexto, a análise de uma metrópole fragmentada é profícua para a compreensão dos usos desconectados e mal articulados da habitação social e também dos transportes periferia-periferia. Sob esse argumento, emerge o megaprojeto Grand Paris que argumenta analisar a capital francesa sob suas múltiplas interfaces territoriais e aos olhos do processo competitivo de metropolização, por meio da criação de novos *clusters*, afim de concorrer com outras metrópoles. Como resultados, essa monografia apresenta que embora haja um discurso de integração dos grupos sociais excluídos no tecido urbano, a demanda habitacional persistirá como uma questão enclave, sobretudo para os imigrantes, legais ou ilegais e principalmente concentrada em algumas comunas ou alguns *arrondissements* de Paris. A concepção de construção habitacional no projeto Grand Paris ainda não previu políticas de controle à gentrificação e do novo fluxo populacional rumo à “nova metrópole”.

**Palavras-chave:** Imigração, Habitação social, Banlieue, Paris, Grand Paris

## RÉSUMÉ

Cette monographie a pour l'objectif d'analyser la croissance de Paris et ses alentours tout en analysant des politiques migratoires en France tout au long du XXème siècle et des demandes des logements sociaux. Le gouvernement français a intercalé des

mesures d'incentive et désincitation des immigrants grâce à les crises économiques de la France et le besoin de la main-d'œuvre au loin du XXème siècle. Des racines des immigrants a aussi beaucoup changé: au début des italiens, espagnols et des polonais. Après des algériens, marrocaïns et des tunisiens. Il a eu aussi une densification du tissu urbain parisienne et avec l'aide de la réforme Haussmann, il y a eu une cristallisation des arrondissements le plus centrales de Paris et aussi l'annexion des faubourgs à Paris. La banlieue, ignorée par la puissance publique accueille les fonctions que Paris transformée rejette: des industries polluantes et aussi des logements sociaux. Tout cela a été le début d'une ségrégation résidentielle. La politique habitationnel, inspirée à la Charte de Athènes est aussi moderniste et très présente dans la architecture des Grands Ensembles. Ces lieux sont les symboles de la banlieue, sont concentrées spatialement et sont aussi connues pour ses conditions d'habitation précaires. C'est dans ce contexte que l'analyse d'une métropole fragmentée est très utile pour comprendre les usages desconectées et mal articulées du logement social et aussi des transports banlieue-banlieue. Avec ce argument, il y a un nouveau projet pour Paris, le projet Grand Paris qui argument sur analyser la capitale française sous ses interfaces du territoire et sous les yeux du processus compétitif de métropolisation, parmi la création de nouveaux *clusters*, afin de concourir avec d'autres métropoles. Comme des résultats, cette monographie présente que malgré il y a un discours d'intégration des groupes sociaux exclus dans le tissu urbain, la demande habitationnel persistera comme une question difficile surtout parmi les immigrants et surtout concentrée dans certaines communes ou quelques arrondissements de Paris. La conception sur les nouveaux logements sociaux dans le Projet Grand Paris n'a pas encore prévu des politiques pour minimiser la gentrification et le nouveaux flux de la population vers la "nouvelle métropole"

**Mots-clés:** Immigration, Logement social, Banlieue, Paris, Grand Paris

### **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>ANIL</b>	Agence Nationale pour l'information sur le Logement
<b>ANRU</b>	Agence Nationale pour la Rénovation Urbaine (Agência Nacional para a Renovação Urbana)
<b>APUR</b>	Atelier Parisien d'Urbanisme
<b>DALO</b>	Droit Au Logement Opposable



<b>DARES</b>	Direction de l’animation de la recherche, des études et des statistiques
<b>Drihl</b>	Direction Régionale et Interdépartementale de l’Hébergement et du Logement
<b>ESH</b>	Enterprises Sociales pour l’Habitat
<b>HBM</b>	Habitations Bon Marchés
<b>HLM</b>	Habitation à Loyer Modéré
<b>INED</b>	Institut National d’Études Démographiques
<b>Insee</b>	Institut National de la Statistique et des Études Économiques
<b>OPH</b>	Offices Publics de l’Habitat
<b>PLAI</b>	Prêt Locatif Aidé d’Intégration
<b>PLI</b>	Prêt Locatif Intermédiaire
<b>PLS</b>	Prêt Locatif Social
<b>PLUS</b>	Prêt Locatif à Usage Social
<b>PTZ</b>	Prêts à taux zero
<b>SACICAP</b>	Sociétés Anonymes Coopératives d’Intérêt Collective pour l’Accession à la Propriété
<b>SEM</b>	Société d’économie mixte
<b>SRU</b>	Loi de Solidarité et Rénovation Urbaine
<b>TeO</b>	Trajectoires et Origines
<b>ZAC</b>	Zones d’Aménagements Concerte
<b>ZUP</b>	Zonas à Urbanizer par Priorité
<b>ZUS</b>	Zones Urbaines Sensibles

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA</b> .....	14
<b>1. DO INCENTIVO À MARGINALIZAÇÃO DOS IMIGRANTES: POLÍTICAS IMIGRATÓRIAS E O DISCURSO NACIONAL</b> .....	19
<b>1.1 Organização dos Direitos Sociais dos Imigrantes</b> .....	21
<b>1.2 Sans Papiers, Cotas Imigratórias e Imigração em números</b> .....	23
<b>1.3 [Contra]Argumentos para o acesso às habitações sociais pelos imigrantes</b> .....	27
<b>1.4 Globalização versus Nacionalismo e Identidade Nacional: diferentes semânticas</b> ....	31

<b>2. SURGIMENTO DA <i>BANLIEUE</i> E INÍCIO DE UMA SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL URBANA</b> .....	44
<b>2.1 Fragmentação do tecido urbano e dispositivos da demanda habitacional</b> .....	51
<b>2.2 Distribuição das Habitações Sociais em Paris</b> .....	56
<b>2.3 Repensando a política urbana: o projeto Grand Paris e mudanças de escala para a metrópole</b> .....	67
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	72
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	76

## **INTRODUÇÃO**

Compreender a história da periferia é muito importante para saber suas implicações na atualidade. *Guettoisation*, gentrificação, enfim, são muitos os termos que se relacionam à periferia francesa. Assim como se multiplicam os estigmas da periferia e do imigrante. Mas como essa história começou? Quais foram as políticas de controle da habitação? Como os pobres, ou os imigrantes foram “expulsos” para a periferia? Quais os desafios de reinserir essa periferia atualmente?

Os bairros com maior concentração de árabe-muçulmanos foram os mais vigiados durante o ano de 2015. O drama dos refugiados sírios e os ataques terroristas trouxeram mudanças à rediscussão das leis de imigração e do Tratado de Schengen, tratado que versa sobre a livre-circulação na União Europeia. Concomitante a esse processo emergiu a voz da extrema direita, cujo discurso nacionalista foi incorporado ainda mais pela população francesa após os ataques terroristas no jornal Charlie Hebdo e os ataques do dia 13 de novembro. Esses acontecimentos levaram o presidente François Hollande a um posicionamento mais rígido e sua popularidade foi cedida para o partido de oposição, o *Front National*.

A imigração proveniente na França não é algo recente. Oscilou entre legalizada e ilegal, de acordo com a demanda de mão-de-obra. No século XX, o próprio governo francês intercalou medidas de ora incentivo, ora repulsa pela imigração sobretudo de operários, devido as suas crises econômicas. Oscilou também a origem dos imigrantes: inicialmente italianos, espanhóis e poloneses. Posteriormente a questão pós-colonial ganha voz é a vez dos argelinos, marroquinos e tunisianos, até que a contenção da imigração ressurgiu contradizendo o mito de que as fronteiras desapareceram com a globalização.

Ao longo também do século XX a França passou por diversas mudanças em seu tecido urbano. Sua periferia ampliou-se e densificou-se. *Faubourgs*, *banlieue industrielle*, *banlieue pavillonnaire* são etapas históricas profícuas para o entendimento do que se tornou a periferia atual.

Concomitante ao crescimento da cidade, políticas urbanas e habitacionais foram planejadas e influenciadas por urbanistas inspirados pela Carta de Atenas. Contraditoriamente a demanda habitacional intensificou-se devido a políticas inexistentes ou ineficazes por parte do governo francês e que aos poucos foram e são ainda reformuladas.

A política habitacional na periferia, seguiu por muito tempo os moldes monótonos dos *Grands Ensembles*, a arquitetura moderna ao seu máximo, sobretudo no período que quase coincide com as Trinta Gloriosas. Entretanto a ausência de equipamentos urbanos e a precariedade dos empreendimentos tornaram os *Grands Ensembles* o símbolo da periferia francesa e também locais de enclave. Demasiadas políticas de melhorias emergiram, com destaque para as Zonas à Urbanizer par Priorité (ZUP) e Zonas

d'Aménagements Concerte (ZAC), até que se chegue o que é denominado de Zones Urbaines Sensibles (ZUS).

Observando o mosaico ao qual a *banlieue* pertence, a análise de uma metrópole fragmentada é profícua para a compreensão dos usos desconectados e mal articulados pelas infraestruturas sobretudo aquelas de transportes na sua periferia. E é também nessa metrópole fragmentada em que se encontram *grupos sociais excluídos* ou sob outra ótica, não seria uma inclusão marginal? E como lidar com as novas dinâmicas, como a de contenção territorial, imposta aos imigrantes ilegais?

Imposição é sempre uma condição em que o imigrante se encontra. População sensível, o imigrante, se legalizado, por não ter direito ao voto, possui sua capacidade de afrontar o Estado bem menor que aquele que possui o direito à voto. Se o imigrante for ilegal, as vozes de representação serão aquelas que sobreviverem em meio às brechas do governo. Situação bem diferente de um imigrante proveniente de um país da União Europeia que de acordo com o Tratado de Maastricht pode participar das eleições municipais.

Sobretudo, a cidadania encontra-se ainda mais precária para aquele considerado um *sans papier*, o “sem documento”. Termo esse que se popularizou na década de 70 e que ganha cada vez mais notoriedade, ainda que seja impossível quantificar a extensão do fenômeno, a crise de refugiados em 2015 serviu para ampliá-lo ainda mais.

A situação do *sans papier* é extremamente delicada, pois o fato de não possuir permissão de permanecer em outro Estado-Nação já é um delito e por isso um fator de penalidade, no sentido legal. Entretanto, vale ressaltar que as inúmeras tentativas de adentrar o território europeu como um *sans papier* não significa que o imigrante não queira regularizar a sua documentação. Sua documentação é submetida a uma análise e essa análise obedece à política de cotas de imigração. A política de cotas imigratórias não suporta o crescimento da demanda e por isso o aumento das exigências para conceder a nacionalidade<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> As cotas avaliam a profissão, o país de origem dos imigrantes e também os motivos de imigração, familiar, a estudos ou profissional. Dentre os países que se destacam na solicitação de nacionalidade, encontram-se sobretudo a Argélia, Tunísia, Marrocos, mas também Portugal, Turquia, Espanha, Itália e Reino Unido. Um detalhe é que a maioria desses países foram exatamente aqueles que participaram do ciclo de imigração na França no século XX.

Há um esforço por parte do Estado Francês na legalização da situação dos imigrantes na França, combatendo o trabalho irregular e oferecendo acesso as escolas, não importando a situação migratória. Todavia, os imigrantes têm sua inserção social aquém dos já considerados franceses, ainda que seja para os cargos de maior especialização mesmo que possuam escolaridade igual a um “francês autóctone”.

Se não há Nação sem uma identidade coletiva construída ao longo do tempo, pode-se dizer que parte da identidade coletiva construída ao longo do tempo na França se deu com participação dos imigrantes. Os imigrantes participaram ativamente da construção do território francês, portanto, o que justifica que as gerações seguintes sejam estigmatizadas?

Os interesses da imigração constituem-se muitas vezes contraditórios. Afinal, no período entre guerras, o incentivo à imigração não foi uma medida acatada pela sociedade conforme a demanda de reconstrução de um país arrasado?

Justificando a opção por uma análise também urbana neste trabalho, levou-se em consideração que o estudo da distribuição das habitações sociais em Paris e sua relação com os seus bairros, chamados de *arrondissements*, é profícua por identificar a presença das classes mais populares, e que passam também pelo processo de gentrificação, seja a pessoa francesa ou imigrante.

É necessário antes, alertar o leitor que analisar as habitações utilizadas pelos imigrantes e suas gerações seguintes possui uma dificuldade. Nenhuma das fontes utilizadas para esse trabalho fazem essa separação. Nos próprios órgãos oficiais do governo como o Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE), Institut National d'Études Démographiques (INED), Atelier Parisien d'Urbanisme (APUR), Société du Grand Paris também não há nenhuma distinção. A falta de nomenclaturas para esse recorte demonstra que a habitação para os imigrantes ainda é uma temática pouco estudada na própria França, o que dificulta o levantamento de dados para esse trabalho, que também se interessa, especialmente pela imigração proveniente do continente africano.

Sob essa ótica, não é descartado que o imigrante e suas gerações ainda compõem uma parte sensível ao acesso à habitação na França, justificando que esse acesso ainda é desigual no tecido urbano fragmentado. A construção de habitações sociais é influenciada

pela cristalização de diversos bairros em Paris, sendo a construção do tecido urbano dos bairros centrais, datados majoritariamente do período *haussmanniano*.

Entender uma Paris fragmentada, a história de sua urbanização, a história da imigração e as novas escalas de planejamento como o projeto *Grand Paris*, contribuem para a construção de uma metrópole menos fragmentada e com maior equidade sócio-espacial.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA**

Para atingir os objetivos dessa monografia, foi necessário um conjunto de procedimentos científicos que fossem alinhados com a proposta e os recursos disponíveis para a pesquisa. O método científico foi um dos critérios basilares, utilizado sobretudo aqui, em sua classificação dialética, embora tanto a abordagem dedutiva quanto a abordagem indutiva e hipotético-dedutiva estejam presentes.

Como procedimentos intelectuais de pesquisa houve uma pesquisa exploratória na França em 2015, sobretudo nas comunas de Grigny e Clichy-sous-Bois. Foi nesta última comuna em que foi possível obter informações na prefeitura de Clichy-sous-Bois sobre como funciona as políticas de habitação social na França e também uma nova projeção de escala para a metrópole com o projeto Grand Paris Express, além de indicações de sites e literatura que trate do nascimento e crescimento da *banlieue* e atuais políticas de habitação e de alguns dados coletados em visita exploratória ao Museu da Imigração em Paris.

A partir desse levantamento, foi possível dar continuidade a essa pesquisa por meio de uma pesquisa documental e também bibliográfica. A leitura do livro *Grands Ensembles* por Pierre Merlin é profícua no entendimento da história da *banlieue* e das políticas ali inseridas. Já a análise documental se fez por meio das leis de imigração, leis de habitação, discursos políticos proferidos pelo ex-presidente Nicolas Sarkozy e por membros do partido de extrema direita, *Front National*, além de dados levantados pela Agência Nacional de Renovação Urbana (ANRU), Instituto Nacional de Estatística e Economia (INSEE), e pelo Atelier Parisiense de Urbanismo (APUR).

O argumento pressuposto dessa pesquisa consiste em acreditar que ocorre uma contradição sócio-espacial na França. Ocorre uma contradição entre centro,

exemplificando a cidade de Paris e sua periferia. Ocorre também uma contradição no acesso de habitações entre o francês considerado como “legítimo” versus os imigrantes e suas gerações seguintes.

A inspiração filosófica que permeou esse trabalho buscou contribuir à distinção desses espaços sob a tentativa de um olhar não homogeneizante sobre a metrópole. Como resultados desse trabalho, percebeu-se que a própria cidade de Paris possui inúmeras fragmentações entre seus bairros. Na tentativa da construção do entendimento dos fenômenos que permeiam essa metrópole, o método de abordagem utilizado foi sobretudo o método dialético.

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 103), o método dialético penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 127), “a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas e culturais”. Nesse sentido, a história de Paris se relaciona intrinsecamente com sua *banlieue*, assim como as medidas governamentais de acesso à habitação social pelos franceses e pelos imigrantes, tem como Paris o seu exemplo mister.

A abordagem dialética é profícua por entender Paris sob a ótica dos processos. Historicamente, Paris passou por processos de mudança ininterruptos. As reformas urbanas foram o aspecto motriz dessas transformações. Prefere-se dizer que essas mudanças nunca levaram à um período de decadência na capital francesa, ainda que no período entre-guerras, mas sim de uma precarização de determinados bairros e de sua periferia.

Para a dialética, os fatos históricos que culminaram na Paris atual não leva à cidade para uma análise como um objeto isolado e fixo, mas sim pelo seu caráter orgânico, ainda que leve à contradições no tecido urbano.

O ponto de partida para o processo de desenvolvimento desse trabalho foi a constatação da desigual concentração de imigrantes e de habitações sociais em determinados bairros. O dinamismo que agiu sob a metrópole seguiu determinadas políticas e por isso tem um viés histórico. Compreender a natureza e função desses processos foi fundamental para a construção do pensamento ao decorrer desse trabalho.

Privilegia-se nesse trabalho as mudanças qualitativas. Um exemplo é que ao decorrer da história a visão e estigmatização sobre os imigrantes foi transmutando-se: do incentivo à responsabilização dos problemas sociais do país.

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 34), os fatos não podem ser relevados fora de um contexto social, político, econômico, por isso fez-se necessário levantar historicamente as medidas de ora incentivo, ora descarte dos imigrantes devido as suas crises econômicas e de acordo com a demanda de mão-de-obra ao longo do século XX, assim como recuperar a origem dos imigrantes que participaram desse processo: inicialmente italianos, espanhóis e poloneses e posteriormente os argelinos, marroquinos e tunisianos.

O método dialético também possui o pressuposto que os fenômenos estão em constante mudança. A demanda habitacional e o fluxo imigratório que se dirige à Paris são constantes e atribuem novos sentidos à capital, assim como as reformas urbanas que incidiram e ainda influenciam a cidade, sendo o a concepção de construção habitacional no projeto Grand Paris uma nova dinâmica.

O principal fato histórico que marca a linha de argumentação do eixo urbano nesse trabalho analisa sobre como a reforma Haussmann, cristalizou os bairros centrais de Paris e anexou os *faubourgs* à cidade. No século XIX e XX, houve uma expansão da extensão territorial da capital, mudança de localização de espaços/funções consideradas degradantes como aterros sanitários, cemitérios, indústrias e nesse mesmo cenário o deslocamento das habitações sociais rumo à periferia, por isso essa monografia já se inicia discutindo o surgimento da *banlieue* e o início de uma segregação de caráter urbano.

No eixo migratório, o elemento histórico também é profícuo para a compreensão do fenômeno: do incentivo à marginalização dos imigrantes, as políticas sobretudo de cunho econômico deram o tom da discussão. Por isso recuperar esse histórico e correlacioná-lo ao discurso que embasou a criação do Ministério da Identidade Nacional, contribui para a contextualização atual.

Segundo Demo (1995, p. 88) a dialética é a metodologia mais convincente para a realidade social, ao ponto de tomá-la como postura metodológica específica para essa realidade. Ainda segundo Demo (1995, p. 94), “a realidade social não é determinada, mas condicionada, o que permite atribuir-lhe maneiras típicas, tendenciais, regulares do seu acontecer. É previsível nesta medida, bem como planejável, manipulável, ou seja: pode



em parte ser feita pelo homem”. Portanto a realidade social não é neutra nem ingênua e as políticas, como medidas de planejamento, também não.

Assim, colocada a questão, a autora se compromete na adoção do uso de determinados conceitos, considerando o discurso histórico e social incorporado por determinados conceitos. A construção deles, obedecem a um objetivo: tentam explicar determinados fenômenos mas podem não se esgotar neles. A diferença consiste em apropriá-los consciente da intencionalidade objetiva e subjetiva que cada conceito carrega em si.

A construção de uma Paris, cujos bairros centrais foram cristalizados é uma prática. Nesse sentido, o pensamento de Demo (1995, p. 102) é apropriado ao dizer que:

Toda prática é inevitavelmente ideológica, porque se realiza dentro de uma opção política, naquela parte da história que pode ser feita, conquistada, rejeitada pelo homem. Se a atuação humana histórica é intrinsecamente política, no sentido da realização da capacidade de conquista de espaço próprio e da potencialidade no contexto das condições objetivas, decorre que a marca ideológica, transparece em toda prática.

A discussão da *banlieue*, tratada aqui como periferia francesa, tentando uma abordagem longe dos estereótipos de violência urbana em que o conceito foi tratado ao longo de décadas. A transmutação dos *faubourgs* para a *banlieue industrielle* e a *banlieue pavillonnaire* corroboraram para o que a banlieue representa hoje, sob a ótica de uma forte concentração de grandes conjuntos habitacionais que serviram para a alocação da população mais popular e operária, sobretudo a alocação dos imigrantes que eram operários.

A consideração das políticas de habitação sociais sustenta também o cunho dialético desse trabalho por evidenciar a contradição espacial da construção dessas habitações.

A utilização da Reforma Haussmann, inspiradora de reformas urbanas realizadas em todo o mundo, como um marco histórico nesse debate, procura evidenciar a exclusão sistemática dos pobres rumo à periferia, desde o século XIX, o que suscitou discutir nesse trabalho o conceito de segregação residencial e o conceito de gentrificação.

A opção por apresentar dados quantitativos é justamente pela tentativa de numerar aqueles que possuem sua cidadania limitada de alguma maneira. O próprio Estado é ciente da demanda habitacional, da concentração da taxa de desemprego em determinados bairros e ainda assim sustenta que a capital francesa deve abrigar um novo projeto de metropolização, que embora tenha um projeto de habitação social e mobilidade urbana incluídos, não possui medidas que atenuem o novo processo migratório rumo à essa “nova” metrópole.

Sob caráter de esclarecimento da questão migratória, não fez-se uso de teorias de movimentos populacionais, mas adotou-se uma rápida diferenciação entre imigrantes legais, estrangeiros e imigrantes ilegais ou clandestinos e os *sans papiers*, fortalecendo mais uma vez as implicações que a adoção de cada um desses termos significa.

Passando pela organização social dos direitos dos imigrantes a depender de seu país de origem, a habitação, acesso ao emprego e à nacionalidade francesa é então apenas mais alguns direitos que foram historicamente violados, dificultados ou precarizados.

Por fim, adotou-se também a contraposição da globalização versus o conceito de nacionalismo e também versus o conceito de identidade nacional assumindo suas ideologias, história e também dialética. O modelo de análise sobre a identidade nacional, evidencia a definição etno-cultural e a definição política. Ambas podem ser observadas nos discursos do ex-presidente francês Nicolas Sarkozy, que concebeu o Ministério de Imigração e Identidade Nacional. Outros conceitos a serem utilizados foram também o de barbárie versus civilização, tendo a colonialidade como ato civilizatório.

Buscou-se enfim, utilizando o método histórico-dialético, evidenciar a transformação de Paris e de sua periferia, condizendo com as políticas nacionais adotadas concernentes à imigração e à habitação social e a dificuldade de pesquisa de políticas de habitação social destinada aos imigrantes mas aproveitando-se também da margem que o método dialético permite que não há nada de definitivo e absoluto, sendo a sociedade e o espaço em constante transformação, mantendo a ideologia de uma transformação rumo à uma sociedade com justiça sócio-espacial.

## **1. DO INCENTIVO À MARGINALIZAÇÃO DOS IMIGRANTES: POLÍTICAS IMIGRATÓRIAS E O DISCURSO NACIONAL**

*O continente europeu ostenta o nome de uma moça, Europa, que teria sido raptada por Zeus, transformando em touro, e abandonada em Creta, ilha em que deu à luz três filhos. No entanto, dessa lenda, Heródoto relata uma versão muito mais realista: em seu entender, Europa, filha do Rei Agenor da Fenícia (território correspondente ao Líbano atual), foi raptada, não por um deus, mas por homens bem comuns, gregos de Creta. Em seguida, ela viveu nesta ilha, tendo sido a origem da dinastia régia. É, portanto, uma asiática que veio viver em uma ilha do Mediterrâneo que dará seu nome ao continente. Essa designação parece anunciar, desde os mais recuados tempos, a futura vocação da Europa. Uma mulher duplamente marginal torna-se seu*

*emblema: de origem estrangeira, ela é uma desenraizada, uma imigrante involuntária.* Tzvetan Todorov – O medo dos Bárbaros.

Quando se fala em imigração na França, primeiramente, é necessário distinguir três categorias de análise, são elas: (1) os imigrantes legais, (2) os estrangeiros e, (3) os imigrantes ilegais, muitas vezes referenciados como clandestinos.

Os imigrantes legais são aqueles que possuem uma *carte de séjour*, ou seja, assemelha-se a um visto e possui validade de um ano, podendo ser renovado por mais um ano e deve ser apresentado na *Préfecture de Police*. O imigrante legal possui o direito de trabalhar e de se beneficiar dos direitos sociais. É comparável à situação de um cidadão francês, exceto o fato que por ser estrangeiro, o mesmo não possui direito ao voto (NAÏR, 1999, p. 9). Já o estrangeiro é uma pessoa que não possui a nacionalidade francesa, apenas imigra e brevemente retorna ao seu país. Portanto, se um estrangeiro decide permanecer na França, ele se torna um imigrante. Entretanto, o país destinatário, no caso a França, possui suas leis de permanência e aqueles que não as obedecem, ali permanecem de maneira ilegal e nesse caso enquadram-se os imigrantes ilegais, denominação adotada ao longo desse trabalho em substituição ao termo clandestino, pelo estigma que este termo carrega em si.

Trabalhar em um país sem ter acesso aos direitos trabalhistas nem as demais proteções, traz alguns problemas ao imigrante. Entre 1945 e 1974, a maioria dos trabalhadores estrangeiros entrou na França sem essas proteções trabalhistas (NAÏR, 1999, p. 14). As empresas não procuravam empregar a mão-de-obra nacional com altas cargas sociais e por isso a imigração ilegal ou clandestina, atendia aqueles que procuravam uma vida melhor e também às empresas. Daí a funcionalidade da imigração na França.

A França possui uma longa história de imigração. Resumidamente, o governo francês intercalou medidas de, ora incentivo à imigração, ora um controle mais rigoroso de suas fronteiras. Em uma progressão temporal, em 1915, em plena guerra, a França colocava em prática uma política de atração de mão-de-obra para corresponder aos esforços da guerra. Em 1918, tal mão-de-obra era útil para a reconstrução de uma França devastada. De 1919 à 1930 a imigração é massiva e atraía sobretudo os italianos, espanhóis e poloneses. Já em 1932 a imigração diminuiu devido à crise econômica. Pela primeira vez os estrangeiros eram considerados intrusos. Já em 1945, mais uma vez o governo francês com o objetivo de reconstruir a França, tenta regularizar o fluxo

imigratório. De 1945 à 1974 a imigração atrai outras nacionalidades, argelinos, portugueses e marroquinos. Em 1974, o desemprego faz com que o governo francês adote novas políticas de contenção da imigração (NAÏR, 1999, p. 16-17).

No século XX e ainda no século XXI, a cada crise, são os imigrantes que perdem primeiramente seus postos de trabalho, ou no caso dos jovens, não conseguem um. Tanto no século XX quanto no século XXI, medidas políticas incapazes de reduzirem o desemprego, passam a rejeitar os imigrantes. Esses imigrantes foram atraídos pela França quando a mesma tinha necessidade de reconstrução do país. Assim que foi suprida essa necessidade, a dinâmica se inverteu. Se essa mão-de-obra contribuiu para o que a França é hoje, espera-se que os imigrantes tenham o direito de ali permanecerem e inclusive de obter o direito de que suas gerações possuam uma inserção sócio-espacial igualitária no país, o que é sintomático quando se analisa a disparidade centro-periferia na França. Este trabalho então, parte do pressuposto que os dados sobre o acesso à habitação em Paris indicam a segregação territorial dos imigrantes, mesmo que eles sejam legais, o que evidencia o componente territorial na construção da cidadania.

### **1.1 Organização dos Direitos Sociais dos Imigrantes**

Retoma-se às diferenças entre os imigrantes legais, aqueles que possuem uma *carte de séjour*, direito ao trabalho e de ser beneficiário dos direitos sociais exceto o direito ao voto, e os estrangeiros. Para fins desse trabalho, a condição do estrangeiro não requer uma inserção social, visto que permanece no país por um curto período e serve apenas na diferenciação dele para o imigrante legal, evitando confusões.

A participação à vida pública toma diferentes formas. Devido a longa história de imigração na França, a política francesa no domínio da imigração varia em função da situação econômica do país a cada momento, sendo portanto uma política sempre disposta a transformações.

Desde 1974, o governo francês tomou a decisão de maior controle sobre suas fronteiras, obtendo um maior controle do fluxo imigratório. As reformas na legislação, incluem uma maior exigência na documentação de demanda de habitação e vistos, fixando regras para certas categorias como estudantes ou pesquisadores. A lei de 24 de julho de 2006 denota o controle mais estrito de casamentos e reagrupamento familiar. Já

em 2011 houve um reforço nas sanções administrativas, financeiras e penais para aqueles que empregarem ciente e ilegalmente imigrantes ilegais (VIE PUBLIQUE, 2014a)

Concernente à recondução desses imigrantes ilegais para seus países de origem também tomou ares mais e mais restritivos. A lei de 29 de outubro de 1981, a recondução à fronteira dos estrangeiros em situação irregular não é possível senão após um julgamento e não mais por vias administrativas. Já a Lei Besson de junho de 2011 regulamenta os critérios e o processo de repatriamento dos imigrantes ilegais, sendo baseada em uma diretiva da União Europeia, a Diretiva 2008 do Parlamento Europeu (UNIÃO EUROPEIA, 2008, p. 1) que apela para:

[...] a definição de uma política eficaz de afastamento e repatriamento, baseada em normas comuns, para proceder aos repatriamentos em condições humanamente dignas e com pleno respeito pelos direitos fundamentais e a dignidade das pessoas.

Ainda que seja baseada em uma diretiva comum aos países membros da União Europeia, cada país não perde a sua soberania, conforme segue:

A presente diretiva deverá estabelecer um conjunto de normas horizontais aplicáveis a todos os nacionais de países terceiros que não preencham ou tenham deixado de preencher as condições de entrada, permanência ou residência num Estado-Membro (UNIÃO EUROPEIA, 2008, p.1).

Na França, o artigo terceiro da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 26 de agosto de 1789 coloca claramente o princípio de Soberania Nacional, como “o princípio de toda a soberania reside, essencialmente, na nação. Nenhum corpo, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente” (VIE PUBLIQUE, 2014b). Nesse quadro, a soberania deve pertencer a um ser coletivo e indivisível, sendo a soberania delegada por meio da existência de um regime representativo, por meio de uma assembleia parlamentar eleita por pessoas de corpo político.

Deter corpo político sendo capaz de eleger e ser eleito é um dos princípios da cidadania. Na França, por sua extensa história de imigração, o debate entre o direito de voto aos estrangeiros emerge ao passo das eleições nacionais e também regionais. Ainda tal debate toma formas bem distintas nos países-membros da União Europeia.

Concernente ao direito à voto na França, os estrangeiros provenientes de países que não são membros da União Europeia, não podem participar das eleições sequer a nível municipal. Países como a Irlanda, Suécia, Dinamarca, Países-Baixos, Finlândia, Luxemburgo e Bélgica permitem o direito de voto e elegibilidade às eleições locais a todos os residentes estrangeiros. Espanha, Portugal e Reino-Unido permitem o direito de voto e elegibilidade às eleições locais a alguns residentes estrangeiros, variável conforme acordos diplomáticos. Já a França, Alemanha, Grécia, Itália e Áustria figuram entre os países onde os imigrantes provenientes de países fora da União Europeia não podem acessar as eleições municipais (CARTON, 2007). Eis um revés do regime representativo nesses países.

Afinal, como afrontar o Estado se não há direito ao voto? A situação do imigrante é ainda mais peculiar, pois o exercício da sua cidadania não é exercida nem no país de origem por estar distante dele e nem no país de recepção. Se exercer a cidadania é participar de um conjunto de papéis sociais e qualidades morais, ao imigrante, essa condição se torna mutilada.

A qualidade de cidadão na França é sobretudo relacionada a quem possui a nacionalidade francesa. O Tratado de Maastricht de 1992 permite que os imigrantes provenientes de um país da União Europeia possam participar das eleições municipais. Portanto, eles são assim dotados de um dos elementos essenciais da cidadania, o direito de voto, mesmo possuindo outra nacionalidade (VIE PUBLIQUE, 2013a).

Percebe-se que a cidadania é precária principalmente quando o imigrante não possui alta qualificação ou é proveniente de país não membros da União Europeia. Ainda que existam direitos aos imigrantes legais, tais direitos se concentram sobretudo à população proveniente da própria União Europeia. Eles também são privilegiados concernente a capacidade de permanecer economicamente estável na França, com acesso às funções públicas. Entretanto, há ainda outra categoria cuja cidadania é ainda mais precária, a dos *sans papiers*.

## **1.2 *Sans Papiers*, Cotas Imigratórias e Imigração em números**

O termo *sans papiers* designa todo aquele que é estrangeiro e vive na França sem um título de *séjour*. Tal termo se distingue do imigrante clandestino por este ser uma categoria administrativa (MUSÉE, 2007). O termo se generaliza a partir dos anos 70, com a denúncia dos próprios *sans papiers* sobre sua situação, sendo hoje impossível quantificar a exatidão do fenômeno, estima-se que em 2013, 300 a 400 mil pessoas estejam nessa situação (LeJDD, 2013), sendo em 2012, 36 mil regularizações e em 2013, 46 mil regularizações. (LeJDD, 2013)

A falta de documentação, os *papiers*, é considerada um delito. A pena aplicada é de geralmente 2 meses de prisão e a Proibição ao Território Francês (ITF) por três anos. As inúmeras tentativas de adentrar o território europeu como um *sans papier* não significa que o imigrante não queira regularizar a sua documentação. Seja por imigração econômica ou demanda de asilo político, existem prazos e exigências a serem cumpridas, por exemplos, para ter a nacionalidade, é necessário possuir cinco anos de moradia na França. Já para aqueles considerados refugiados, dá-se a permissão de residência com validade de dez anos.

Para ilustrar a situação e demonstrar como a soberania se faz eficaz ainda no Território Europeu, relata-se o caso de Leonarda Dibrani, narrada pelo Jornal Le Monde. Leonarda e sua família migraram ilegalmente para a França em janeiro de 2009 e foi deportada para o Kosovo em pleno horário escolar em outubro de 2013, portanto, menos de cinco anos. Entretanto, seu pai era o único da família nascido no Kosovo. Leonarda e seis irmãos nasceram na Itália, sendo um deles nascido na França, embora não tivessem a nacionalidade italiana, que não obedece ao “*droit du sol*”. As tentativas de regularização da família na França foram rejeitadas duas vezes. Após a deportação da família, a última tentativa de regularização no solo francês alegando o direito essencial de escolarização das crianças, foi recusado.

Segundo Yves Claisse, advogada do prefeito da comuna de Doubs, não houve a real escolarização das crianças, visto que no período de 3 de setembro e a expulsão em 9 de outubro, Leonarda faltou 21 dias na escola. No dia do comparecimento da família, já deportada, para o último recurso, o magistrado alegou que “o casal vivia fechado nele mesmo, e não saía senão para obter diversas ajudas. A vontade de inserção do senhor Dibrani é muito, muito, muito relativa e a senhora Dibrani não fala francês”, sentenciou (LE MONDE, 2014).

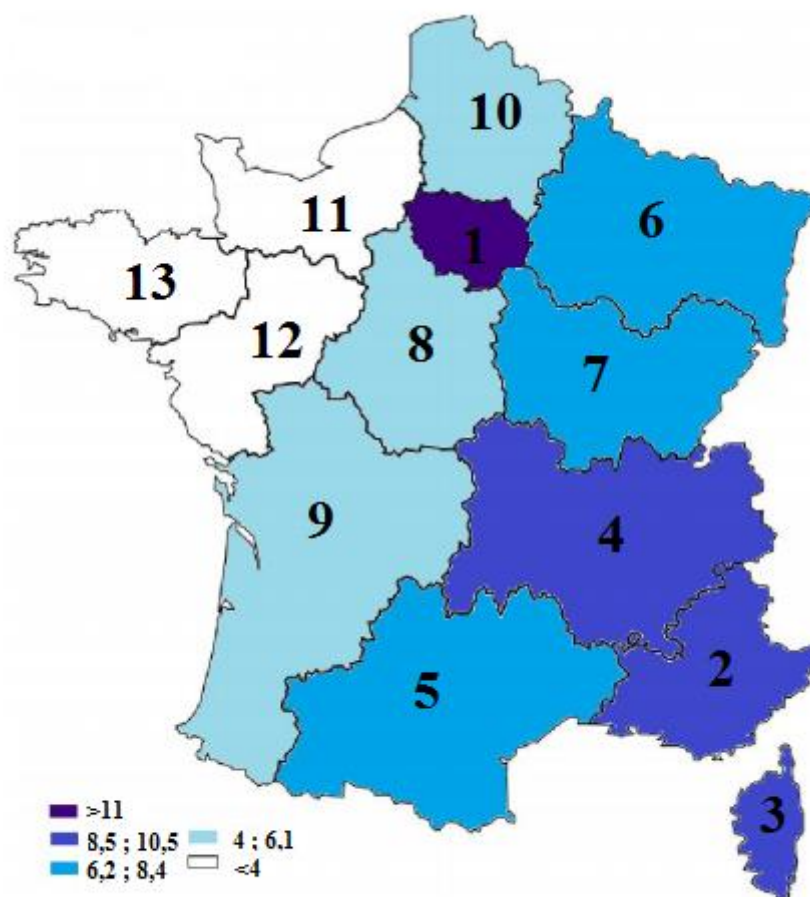


A categoria de *sans papiers* é sobretudo um revés recente da economia capitalista. Nos diversos ciclos econômicos, sobretudo na construção do França colonial, não houve a exigência dos colonos de apresentarem alguma documentação para que tivessem o direito de instalar-se em um país. Por isso a política de cotas de imigração torna-se uma escolha política. É necessário fazer cada vez mais exigências afim de cumprir a quota anual.

Segundo Harzoune (2012), uma política de cotas objetiva limitar a integração, em função da nacionalidade ou da qualificação, para favorecer o emprego aos que possuem nacionalidade francesa. Foi sobretudo o presidente Nicolas Sarkozy que relançou a política criada nos anos 30. Tais cotas avaliam a profissão, a origem nacional dos imigrantes e também os motivos de imigração, familiar, a estudos ou profissional. As cotas de imigração são fixadas a cada ano em número do total de entradas de imigrantes (HARZOUNE, 2012). Verifica-se que o número de aquisições de nacionalidade se mantiveram constantes se comparado o ano de 2000, 2009 e 2010 representando 429.143 aquisições de nacionalidade francesa conforme Tabela 1:

<b>Aquisições</b>	<b>2000</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>%</b>
Por decreto	77.478	91.948	94.573	66,0
-Por naturalização	68.750	84.730	88.509	61,8
-Por reintegração	8.728	7.218	6.064	4,2
Por declaração antecipada	35.883	23.771	23.086	16,1
Por casamento	26.057	16.355	21.923	15,3
Outras declarações de aquisição e de reintegração	2.038	1.405	1.238	0,9
Sem formalidades	8.570	2.363	2.455	1,7
<b>Total</b>	<b>150.026</b>	<b>135.842</b>	<b>143.275</b>	<b>100,0</b>

**Tabela 1: Aquisição de nacionalidade francesa nos anos 2000, 2009 e 2010.** Fonte: Insee (2012).



**Figura 1: Imigrantes pela população total (2011) distribuídas pela nova regionalização francesa que passou a vigorar em 2016.** Fonte: Insee, 2015.

			Principais países de origem		
	Novas regiões	%	1	2	3
1	Île-de-France	17,9	Argélia	Portugal	Marrocos
2	Provence Alpes Cote d'Azur	10,1	Argélia	Marrocos	Itália
3	Corse	9,8	Marrocos	Portugal	Itália
4	Auvergne-Rhône-Alpes	8,8	Argélia	Portugal	Itália
5	Languedoc-Roussillon-Midi-Pyrénées	8,3	Marrocos	Espanha	Argélia
6	Alsace-Champagne-Ardenne-Lorraine	8,2	Argélia	Turquia	Marrocos
7	Bourgogne-Franche-Comté	6,3	Marrocos	Portugal	Argélia
8	Centre-Val-de-Loire	6,1	Portugal	Marrocos	Argélia

9	Aquitaine-Limousin-Poitou-Charentes	5,5	Portugal	Reino-Unido	Marrocos
10	Nord-Pas-de-Calais-Picardie	4,8	Marrocos	Argélia	Portugal
11	Normandie	3,7	Argélia	Marrocos	Portugal
12	Pays-de-la-Loire	3,2	Marrocos	Argélia	Portugal
13	Bretagne	2,9	Reino-Unido	Marrocos	Portugal

**Tabela 2: Principais origens dos imigrantes (2011) por novas regiões.** Tradução da autora. Fonte: Insee (2015).

De acordo com o Insee (2008), em 2008, 8,4% das pessoas que vivem na França eram imigrantes. Os descendentes de imigrantes representavam 11% da população da França metropolitana, sendo a metade entre 18 e 50 anos. Até meados da década de 70, o fluxo de imigração era essencialmente masculino, contribuindo para a necessidade de mão-de-obra. Já os números de 2008 mostram uma maior equidade entre os imigrantes homens e mulheres, sendo 50% para cada lado, contra 44% de mulheres em 1968 (INSEE, 2012).

Em 2008, 43% dos imigrantes nasceram em um país do continente africano. Um a cada sete é proveniente da Ásia e somente 5% são originários da América ou Oceania (INSEE 2012).

Em 2010, 2,7 milhões de imigrantes com 15 anos ou mais atuam no mercado de trabalho, sendo 9,4% da população ativa. A taxa de desemprego dos imigrantes em 2010 é superior sete pontos àqueles que não são imigrantes. A taxa de desemprego de quem é imigrante diplomado no Ensino Superior é o dobro daqueles não-imigrantes (INSEE, 2012).

Percebe-se que embora haja um esforço por parte do Estado Francês na legalização da situação dos imigrantes na França, combatendo o trabalho irregular e oferecendo acesso as escolas, ainda assim, são eles que possuem sua inserção social aquém dos já considerados franceses, ainda que seja para os cargos de maior especialização.

### **1.3 [Contra]Argumentos para o acesso às habitações sociais pelos imigrantes**

O partido Front National tem como um dos seus principais argumentos o discurso dissuasivo da imigração, sobretudo a imigração proveniente dos países africanos ou aqueles que possuem a cultura muçulmana.

Em termos de força política na França, o Front National é considerado o partido de direita com maior representatividade. Enumera-se aqui os partidos com maior representatividade como: (1) o Partido Comunista Francês – PCF, de esquerda; (2) Partido Radical de Esquerda – PRG, de esquerda; (3) Os Verdes – corrente ecológica; (4) Partido Socialista – PS, de esquerda e partido de François Hollande; (5) Movimento Democrata – MODEM, centro-direita; (6) União por um Movimento Popular – UMP, centro-direita e partido de Nicolas Sarkozy; (7) Movimento pela França – MPF, de direita e católico e (9) Frente Nacional (Front National) – FN, partido de extrema direita<sup>2</sup>. Situando-se em uma escala dentre os partidos mais importantes e representativos o Front National é caracterizado por sua política de extrema direita e tem como Marine Le Pen sua principal representante.

O principal argumento seria que a imigração trataria de sobrecarregar os gastos públicos da previdência social. Entretanto, um outro argumento se faz mais recente e preocupante: aqueles que misturam a imigração, terrorismo e segurança. Segundo Marine le Pen (2015):

Nossas fronteiras nacionais devem ser reestabelecidas. O conjunto de estrangeiros suspeitos de fundamentalismo islamista devem ser o mais rápido expulsos no território nacional. Os que possuem dupla nacionalidade devem sofrer o mesmo após a desistência de sua nacionalidade francesa. Um plano de meios verdadeiros, materiais e humanos deve ser decidido à destinação da política, da gendarmeria, das informações indicadas e das forças armadas. O conjunto de preces nas mesquitas devem ser colocadas sob vigilância desde hoje [...] (LE PEN, 2015).

O partido Front National também defende que a habitação social deve ter como prioridade os franceses:

A habitação social tem por finalidade facilitar temporariamente a vida dos franceses em dificuldade, fazendo funcionar a solidariedade nacional a seu proveito. Essa assistência pode ser entendida nas situações precisamente definidas pela lei, imigrantes em situação regular mas ela não deve em algum

---

<sup>2</sup> Para informações sobre história e principais representantes dos partidos na França, acessar <http://democratie.cidem.org/index.php?page=politique#>. Acesso em: 09 de mar. De 2016.

caso ser estendida aos estrangeiros em situação irregular nem a todos os imigrantes em situação regular. Não somente os cidadãos franceses encontram-se lesados com isso, mas essa pseudo generosidade constitui uma das pompas aspirantes da imigração. O princípio de prioridade nacional deve, logo, ser colocado concernente ao acesso à habitação social. Nossos compatriotas devem ser os primeiros à terem proveito da solidariedade nacional (FRONT NATIONAL, 2015c).

Segundo Wallerand de Saint Just, tesoureiro do partido, a expulsão sistemática de toda pessoa presente ilegalmente no solo francês é uma simples questão de vontade a qual somente o Front National parece ter a qualidade dessa reivindicação (SAINT JUST, 2015).

Ainda como argumentação do partido, a imigração massiva desordena a nação, desordena as contas sociais e transforma o mediterrâneo em um vasto campo de mortes (FRONT NATIONAL, 2015a).

Segundo Nicolas Bay, secretário geral do Front National, a criação de 10.500 alojamentos para os imigrantes “clandestinos” é uma injustiça escandalosa. Segundo ele:

Incapaz de gerir o afluxo de estrangeiro que utilizam frequentemente o direito de asilo como um subterfúgio para se instalar no nosso solo, o governo cede uma vez de muitas à União Europeia, que impõe aos Estados fornecer um alojamento às pessoas que entraram ilegalmente no território nacional (BAY, 2015).

O partido Front National defende a redução em cinco anos de 200 mil nacionalidades para 10 mil nacionalidades por ano, supressão do reagrupamento familiar, redução drástica das solicitações de asilo, renúncia ao acordo Shengen sobre a livre circulação de pessoas no território da União Europeia, devolvendo à França o controle de suas fronteiras. O partido também defende a supressão do direito do solo e reforma do código de nacionalidade francesa, luta contra a imigração “clandestina” que deve ser reduzida à zero e expulsão sistemática de toda pessoa que entra ou se mantém ilegalmente no território nacional além da supressão no direito francês da possibilidade de regularizar os imigrantes clandestinos. O partido também defende que as manifestações de imigrantes “clandestinos” e de quem os defende deve ser proibida.

No setor econômico, o partido argumenta sobre a aplicação de uma prioridade nacional, ou seja, as empresas devem priorizar o emprego às pessoas que possuem nacionalidade francesa sendo que os estrangeiros em situação legal que não encontram trabalho serão levados ao retorno para seu país, sendo a habitação social a ser regida pelo mesmo parâmetro (FRONT NATIONAL, 2015b).

O partido ainda argumenta que a imigração é utilizada para pesar a baixa dos salários e dos direitos sociais dos trabalhadores franceses. Para o partido, a imigração representa um custo importante para a comunidade nacional, avaliada em 70 milhões de euros por ano e possui consequências como os guetos, os conflitos inter-étnicos, provocações político-religiosas, sendo a islamização mais visível sendo um veneno para a coesão nacional (FRONT NATIONAL, 2015b)

Percebe-se que após todo o discurso de ódio proferido aos imigrantes, o Front National enviesado sobre um discurso nacionalista, defende o fechamento de suas fronteiras, expulsão imediata dos imigrantes ilegais ou sob suspeita, sendo contra às cotas imigratórias e propondo que diminua as concessões de nacionalidades francesas em até 20 vezes.

Em um quadro político confrontando o presidente francês François Hollande versus o ex-presidente, Sarkozy, há melhorias significativas, ao menos nos discursos proferidos pelo atual presidente e que não devem ser confundidos com os discursos de Manuel Valls, o primeiro ministro francês. Valls, critica a tentativa tanto de Merkel quanto de Hollande em conciliar uma política migratória em meio à crise de refugiados sírios.

Para Valls, a França não deve passar da cota migratória de 30 mil refugiados ao ano. Na Conferência de Segurança em Munich em 12 de fevereiro de 2016, Valls diz que: “Nós não podemos mais acolher refugiados, senão, o fim do Tratado de Schengen ameaça o retorno das fronteiras interiores da União Europeia, com consequências econômicas que se pode imaginar”<sup>3</sup>.

Embora Hollande e Merkel tentem chegar a um acordo e mobilizar outros países para que mobilizem suas cotas migratórias, ainda não foi previsto por parte da França um aumento na política de cotas imigratórias. Ainda assim, Hollande ainda apoia o sufrágio para os estrangeiros e ao contrário do ex-presidente, aceitou discursar na cerimônia de

---

<sup>3</sup> Discurso proferido por Valls disponível em: <http://www.lematin.ch/monde/europe/Manuel-Valls-reste-ferme-sur-les-refugies/story/15313072>. Acesso em 9 de mar. De 2016.

inauguração do Museu da Imigração, em funcionamento desde o mandato Sarkozy. Utilizando logo no início do seu discurso, uma citação de Braudel que diz “definir o passado da França é situar os franceses em sua própria existência”, Hollande, percorre a história da imigração e revela a importância do Museu em revelar os milhares de exilados em que a maior parte se instalou na França e se cristalizou na história de 1 a cada 4 franceses. Seu discurso é, digamos, esperançoso em seu argumento sobre a imigração ao dizer que “Esse museu é mais que um símbolo, é uma mensagem de confiança na história do nosso país, mas também no que nós somos e no que nós podemos fazer<sup>4</sup>”.

#### **1.4 Globalização versus Nacionalismo e Identidade Nacional: diferentes semânticas**

O modelo cívico atual francês é reflexo do modelo cívico existente no século XX. Os recursos nacionais devem sempre ser utilizados para o que é considerado sua sociedade, embora no contexto de globalização isso se torne um processo complexo. A falsa concepção de diminuição das fronteiras e que leva a muitos imigrantes se aventuraram pelo Mediterrâneo até chegarem na costa italiana buscando oportunidades de justiça social que o seu país não foi capaz de proporcionar, não chega a sobrepor à soberania nacional, mas como o Estado hoje é considerado um Estado de exceção, a França não escapa desse contexto.

A defesa da ampliação de direitos ao homem, durante o Iluminismo foi perdida para a concepção capitalista de sociedade. A racionalidade é empregada nas leis de imigração que primordialmente analisam a condição econômica daquele que pede abrigo.

O território nacional, pode tomar variadas vertentes sócio-espaciais a depender da política em que o enviesa, mas há de aceitar que o território além de um conceito, é um conceito mutável (GOTTMANN, 2012, p.3), devendo ser acessível, embora sua acessibilidade seja controlada pelo homem.

Por ser um conceito mutável, o território tomou outra feição em seu sentido prático, que segundo Gottmann (2012, p. 8), são as “nações independentes menos soberanas

---

<sup>4</sup> Discurso de Inauguração do Museu da História e da Imigração disponível em: <http://www.elysee.fr/declarations/article/discours-d-inauguration-du-musee-de-l-histoire-de-l-immigration/>. Acesso em 9 de mar. De 2016.

dentro de seus territórios, e o território mais importante como uma plataforma para oportunidade do que como um abrigo para segurança”. O território francês, é sem dúvidas uma plataforma no acesso de justiça social e é justamente na ameaça do abrigo para a segurança que o conflito emerge na França.

Quanto aos usos do território e o dilema que causa em seu povo, seja seu uso como abrigo, seja como recurso, o caso francês é pertinente. Se com o colonialismo, o território é usado como recurso, graças à mentalidade expansionista vigente na época, o abrigo não necessariamente compreende ao isolamento pois as relações externas influenciadas pela política da União Europeia e globalização existem e exercem influência na configuração do Estado-Nação, sendo uma política de isolamento, por menor que seja, inviável nesse contexto.

Ainda que o período colonial tenha formalmente terminado, verifica-se que houve uma reinvenção capitalista da dominação econômica, cultural e política sobre outro país ou região. Tal como acontece analisando a União Europeia e países da África, a colonização continua a existir pois ainda ocorre um jogo hierárquico em várias esferas, inclusive em meio ao poder internacional com sua concentração de poder econômico.

Com a globalização, o mundo se torna mais fluido graças à informação as quais as fronteiras se tornam mais porosas. Os condutores da globalização necessitam de um Estado “flexível” a seus interesses, de forma que o Estado passa a ter menos recurso para tudo aquilo que é social (SANTOS, 2010, p.66). Por isso o argumento do Front National é culpabilizar os imigrantes dos problemas econômicos do país como um subterfúgio para gastos em outros setores da economia.

A naturalização da pobreza faz com que os pobres não somente não sejam incluídos nem marginalizados, mas também sejam excluídos (SANTOS, 2010, p. 72). A interdição da entrada no solo europeu dos imigrantes, demonstra isso o quanto eles não são bem-vindos.

A estratégia da utilização do mar ao acesso ao território europeu é muito interessante quando percebe-se que, segundo Gottmann (2012, p. 18), “a maior diferença do território em terra firme é que nem o mar e nem o ar estão na categoria de espaços que podem ser permanentemente ocupados pelo assentamento humano”. Por isso, o controle do fluxo migratório no mar mediterrâneo leva a todos os processos de criatividade, e também de crueldade em meio à travessia, embora isso fuja da aparência que o território possui, de



ser um conceito usado para buscar o bem-estar do povo que o ocupa (GOTTMANN, 2012, p. 20).

A questão da imigração é sobretudo uma questão à escala global, sendo o território francês em disputa, uma arena de interesses. É uma questão à escala global por se tratar de um processo que também gira em torno do capital financeiro e que concerne a uma escala cosmopolita de interação, embora a mobilidade de mão-de-obra seja prejudicada com o controle e possíveis cotas de imigração.

É necessário conferir uma representação identitária coletiva em um projeto em comum. Por isso, Ciattoni e Veyret (2015, p. 95) argumentam que a Nação precede o Estado e que este é mais que a língua, a religião, a cultura, história ou interesses econômicos. É sobretudo a ligação contratual e a vontade em comum de colaborar para a construção de um conjunto que forma a nação.

Inevitavelmente não há Nação sem uma identidade coletiva construída ao longo do tempo e do papel da sociedade. Raffestin (1993) argumenta que essa sociedade modifica o território por meio do seu trabalho, que o território é uma produção a partir do espaço. Ainda segundo Raffestin, “é a descoberta de que primeiro se pertence a um território *lato sensu*, para depois se pertencer a uma sociedade”. Os imigrantes, que contribuíram com seu trabalho na reconstrução da França no pós-Guerra, contribuíram na construção do território francês e são reconhecidos por isso, ainda que fisicamente o “território” do imigrante seja majoritariamente na periferia. Entretanto, o segundo processo, que é de “pertencer a uma sociedade” é o que cerca o problema e que necessita fôlego para o debate (RAFFESTIN, 1993, p. 184). Apropriando-se de Raffestin que afirma que “o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144), o território *construído*, pensado por outros homens se torna uma prisão ainda maior.

Outra concepção de território por Raffestin (1993, p. 47) é a do território como campo de ação dos trunfos:

O espaço e o tempo são suportes, portanto, condições, mas também trunfos. Eis por que Lefebvre tem toda razão quando diz que “o espaço é político”. Em todo caso, o espaço e o tempo são suportes, mas é raro que não sejam também recursos e, portanto, trunfos.

Para Raffestin, os trunfos do poder são compostos pela população, pelo território e pelos recursos:

O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. Pode-se retomar aqui a divisão tripartida em uso na geografia política: a população, o território e os recursos. Considerando o que foi dito sobre a natureza do poder, será fácil compreender por que colocamos a população em primeiro lugar: simplesmente porque ela está na origem de todo o poder. Nela residem as capacidades virtuais de transformação; ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação. [...] O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia. Os recursos, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação. (RAFFESTIN, 1993, p. 58)

Se a população é um trunfo, a imigração também constitui-se em um. Raffestin (1993) também discute em seu livro “Por uma Geografia do Poder” o controle a gestão dos fluxos migratórios, analisando as relações de forças que provocam a mobilidade. Sobretudo, uma de suas falas é pertinente por lembrar o drama dos refugiados na Europa, quando diz que “a mobilidade é autônoma quando resulta de uma escolha deliberada, e heteronômica quando resulta de uma coerção. Há, naturalmente, casos-limite. Trata-se de uma mobilidade autônoma o caso daqueles que têm para escolher entre o deslocamento ou a morte?” (RAFFESTIN, 1993, p. 88). Concernente à política migratória, Raffestin argumenta que:

As políticas migratórias não são atributo único do Estado, mas de múltiplos grupos no seu interior. As estratégias ressaltam as complexas relações entre o Estado e os diversos grupos secundários, visto que esses últimos podem ter — e com frequência têm — interesses contraditórios. De fato, um partido político pode ser hostil à imigração, como aconteceu nos Estados Unidos e como ainda é o caso na Suíça. Em contrapartida, as empresas podem ser favoráveis à imigração para dispor de mão-de-obra abundante e barata. Os sindicatos operários, ao contrário, podem ter uma finalidade oposta à das empresas. Isso desemboca num sistema de poder muito complexo, que se traduz pelo aparecimento de antagonismos e oposições. (RAFFESTIN, 1993, p. 91-92).

A história da política migratória na França deixa evidente o quanto o seu interesse não foi apenas atributo do Estado. A reconstrução da França no período entre-guerras com a utilização da mão-de-obra migrante na construção civil é um exemplo de como

isso mobiliza diferentes atores e que por vezes se posicionam a favor da imigração, desde que atendam seus interesses.

É sem dúvida o conceito de território político e soberania juntamente com a ideia de Nação, forjada pela doutrina nacionalista que fundamentam a discussão da permanência e inserção dos imigrantes no Estado francês. O conceito de território em sua ênfase política é fundamental para compreensão do Estado-Nação, mas vai além dele. Para Gottmann (2012, p. 6) “a importância do território emerge gradualmente no mapa-múndi como a base e estrutura essencial da política paralelamente às ideias políticas de soberania nacional e autonomia”.

Ainda para Gottmann, o Estado-Nação inicialmente considerou seu território como sustentáculo fundamental da segurança e do bem-estar (GOTTMANN, 2012, p. 7). Gottmann destaca a Revolução Francesa e a Revolução Americana para a transmutação do conceito de território. Para ele:

[...] as revoluções estabeleceram como lei fundamental a unidade do território nacional em termos econômicos, como um mercado unido para os bens e um espaço de livre circulação das pessoas. [...] O resultado dessa alteração parece ter feito, nos dias de hoje, nações independentes menos soberanas dentro de seus territórios, e o território mais importante como uma plataforma para oportunidade do que como um abrigo para segurança. (GOTTMANN, 2012, p. 8)

É nítido que ocorre uma crise de soberania do Estado-Nação. O Estado que a partir da década de 70 toma uma postura neoliberal, passa a proteger as instituições financeiras a todo o custo. E por isso, o papel do Estado transmuta-se para se tornar responsável por garantir o fornecimento de força de trabalho, ainda que sua soberania encontra-se fragilizada em um cenário em que a economia exerce força sobre a política.

Em 2007, durante a campanha presidencial da França, o candidato Nicolas Sarkozy pela UPM, posterior vencedor, reascendeu o debate político sobre o que eles intitulam de “l’identité nationale”. A criação do Ministério da Imigração e da Identidade Nacional foi uma das promessas cumpridas. Mas, o que diferencia a “identidade nacional” do “nacionalismo” na França?

Os usos políticos da “identidade nacional” tomaram um revés, sobretudo concernente à estigmatização dos imigrantes, por haver uma clivagem entre “eles e nós (NOIRIEL, 2007, p. 7). Foi a abordagem dessa temática que destacou o candidato Nicolas

Sarkozy ter uma vantagem sobre os outros concorrentes, assim como hoje se repetiu nas eleições departamentais em 2015. Quais as estratégias cercam aqueles que discutem a importância da manutenção de uma “identidade nacional” para a França, a ponto de criar um Ministério para esse fim, afinal?

O Ministério foi criado em 18 de maio de 2007 sob o nome de Ministério da Imigração, da Integração e da Identidade Nacional e do Desenvolvimento Solidário. O sentido de identidade nacional não emerge sozinho. Ao seu lado a ideia de “comunitarismo” relacionado aos imigrantes, serviu para legitimar um discurso racista em que o partido Front National ganhou destaque. A definição étnico-cultural e também a definição política sobre a identidade nacional é componente de análise no pensamento nacionalista

Monnier (2010) à respeito do conceito de identidade nacional, elabora um quadro com duas definições: a definição etno-cultural e a definição política. Ambas as análises são profícuas no entendimento dos discursos do ex-presidente francês e também das campanhas eleitorais dos partidos de direita na França.

Definição etno-cultural		Definição Política	
Aproximação biológica	Aproximação histórico-cultural	Aproximação cívica/eletiva	Aproximação institucional
A identidade nacional relacionada à questão de origem, de “raça”, de sangue e de herança biológica.	A identidade nacional como um resultado de um passado comum, de uma história, de uma herança cultural, de uma religião e de uma língua compartilhada.	A identidade nacional como um (1) projeto de futuro, vontade de viver em conjunto, sonho; (2) compartilhamento de valores republicanos (direitos do Homem e do cidadão, laicidade, dignidade, humanidade, igualdade homem-mulher, justiça, etc.)	A identidade nacional como uma unidade política administrada pelo Estado.

**Quadro 1: Modelo de análise sobre a identidade nacional.** Fonte: Monnier (2010). Traduzido pela autora.

Nos discursos dos partidos da França concernente à identidade nacional, ao menos um desses elementos aparecem, principalmente a aproximação histórico-cultural. A memória social, a história da burguesia francesa, a unificação da França, o triunfo da formação do Estado-Nação francês, a cultura clássica e também a emergência da cultura popular, a luta contra a aristocracia, a *mêmeté* (em tradução literal, a mesmidade) e as tradições.

A gênese do problema, segundo Noiriél (2007, p. 21), inicia-se na primeira lei sobre a nacionalidade francesa:

A primeira lei sobre nacionalidade francesa, adotada em 1889, é uma das consequências mais importantes do triunfo do protecionismo. Até então, as elites não eram preocupadas em saber quem era francês e quem não era, ao passo em que nas classes populares, essa questão tornava-se fundamental para a “identidade nacional”. Em virtude do princípio de cidadania republicana, todos os franceses adultos e do sexo masculino, em efeito, o direito de voto eram suscetíveis de serem mobilizada para fins de guerra [...]

A III República foi um período muito importante para a construção da “identidade nacional” na França. A data 14 de julho se torna uma festa nacional e La Marseillaise se torna o hino nacional.

O sentimento de nação e a identificação com o território são categorias em que a política se faz muito importante. O político Maurice Barrès, segundo Noiriél (2007, p. 35), elaborou a versão conservadora da identidade nacional por seu diagnóstico que dizia que “Nosso país risca a desaparecer pois ele está ameaçado pela Alemanha”. Por isso, o passado coletivo que criaria um sentimento nacional a ser consolidado de geração em geração compõe grande parte de sua obra. A identidade nacional ainda na argumentação de Barrès era “contra o estrangeiro” pelo mesmo “não amar a França”.

A perspectiva de Noiriél sobre o pensamento de Barrès<sup>5</sup> é muito profícuo quando diz que segundo Barrès “os imigrantes constituem o grupo social mais pobre e o mais explorado do país. Mas Barrès os apresenta como dominantes, privilegiados, que tomam o trabalho dos franceses”, sendo a assimilação do imigrante, segundo Barrès, impossível (NOIRIEL, 2007, p. 38).

A noção de “identidade nacional” acompanha também a história da geopolítica. O mundo capitalista encontra no Estado neoliberal ares otimistas, onde a imigração é bem-vinda por compor uma mão-de-obra barata. Entretanto, a partir da década de 80, uma nova onda de pensamento conservador ressurgiu contra a imigração. A identidade nacional ressurgiu como tema ainda a ser discutido.

Vale destacar que em 1980 há um outro contexto: a já então aprovação em 1948 da Declaração Universal dos Direitos do Homem pela Organização das Nações Unidas,

---

<sup>5</sup> Maurice Barrès (1862-1923), escritor e deputado em Nancy.

embora ainda vigorassem o sentimento de orgulho nacional. Segundo Noiriel (2007, p. 48), os franceses em sua maioria, estavam convencidos que os brancos eram superiores aos outros, sendo esse pensamento difundido por André Siegfried, acadêmico e presidente da Fundação Nacional de Ciências Políticas. É o discurso acadêmico colocado como argumento de força a favor do colonialismo e contra a imigração.

A dicotomia social emerge quando é nítida a separação entre franceses e muçulmanos. São os muçulmanos os bárbaros contemporâneos, são os jovens da *banlieue* e mais recentemente são os refugiados que passam pela desconfiança do terrorismo. A mídia internacional também trabalha no imaginário das pessoas com títulos e abordagens apelativas.

Vale ressaltar que o discurso do partido Front National não é um discurso racista diretamente. Para eles, o discurso nacionalista é construído pela ideia de que o fluxo de imigrantes ameaça a identidade nacional e como argumento a “falta de similaridade” da cultura muçulmana com a “civilização francesa”. Exatamente colocando os muçulmanos como os novos bárbaros.

O posicionamento da imprensa escrita foi extremamente importante para a consolidação do discurso nacionalista francês visto que se sobrepunha aos intelectuais de esquerda (NOIRIEL, 2007, p. 76), atuando na formação da mentalidade dos eleitores franceses.

O candidato à presidência na França em 2007 e posteriormente eleito, Nicolas Sarkozy estava perdendo nas pesquisas eleitorais, até que incorporou o prolongamento do discurso de identidade nacional do partido Front National após anunciar a criação, caso fosse eleito, do Ministério da Imigração e Identidade Nacional.

Crucial no debate presidencial da França, a identidade nacional e o nacionalismo se confundem também nos discursos de campanha, como aquele realizado em Caen em 09/03/2007 que diz:

O que é a França? A França é um milagre. Esse milagre é político. É intelectual. É moral. É cultural. É o milagre da França de conjugar uma identidade tão forte com uma aspiração tão grande ao universalismo. É o milagre da França de ser uma grande pátria formada de múltiplas e pequenas pátrias unidas pela formidável vontade de viver junto, de compartilhar uma língua, uma história, uma maneira de ser e de pensar onde cada um se

reconhece em um ideal e um destino comum sem que sejam apagadas as histórias pessoais e os destinos particulares. É o milagre da França de ter forjado a unidade sem jamais fabricar a uniformidade. É o milagre da França de combinar uma alta ideia de Estado com uma paixão tão grande pela liberdade. É o milagre da França de ser também fortemente ligada à ideia de nação e ao mesmo tempo tão aberta ao mundo. É o milagre da França de amar do mesmo jeito a igualdade e o mérito, o sentimento e a razão. Mas cada um sente bem que esse milagre está ameaçado. [...] A França é um sonho de civilização. 6

Esse discurso muito além do que é aqui exposto e também muito profícuo por evidenciar que mesmo um candidato de um partido que não seja extrema direita, consegue configurar um discurso, ainda que confuso, sobre o que é a França. Os valores republicanos estão presentes ao longo do restante do discurso. Ainda assim o discurso apresenta muitos trechos confusos. O que seria esse milagre? Um milagre cristão, católico, ocidental, republicano, histórico? Admitindo que para cada adjetivo utilizado na frase anterior, exista outras alternativas, por que a França seria o sonho de civilização? E caso exista um sonho de civilização, aqueles que a ela não pertencem se tornariam, portanto, bárbaros?

É um discurso que evidencia as paixões, é um discurso inflamado e que não apresenta atitudes sociais. É um país que para criar um Ministério da Integração e da Identidade Nacional é porque temem que a república se divida, teme ataques ao seu

---

<sup>6</sup> “Qu'est-ce que la France ? La France est un miracle. Ce miracle est politique. Il est intellectuel. Il est moral. Il est culturel. C'est le miracle de la France de conjuguer une identité si forte avec une aspiration si grande à l'universalisme. C'est le miracle de la France d'être une grande patrie faite d'une multitude de petites patries unies par une formidable volonté de vivre ensemble, de partager une langue, une histoire, une façon d'être et de penser, où chacun se reconnaît dans un idéal et un destin communs sans que soient effacés les histoires personnelles et les destins particuliers. C'est le miracle de la France d'avoir forgé de l'unité sans jamais fabriquer de l'uniformité. C'est le miracle de la France de combiner une aussi haute idée de l'État avec une passion aussi grande de la liberté. C'est le miracle de la France d'être aussi fortement attachée à l'idée de nation et en même temps aussi ouverte sur le monde. C'est le miracle de la France d'aimer d'une même passion l'égalité et le mérite, le sentiment et la raison. Mais chacun sent bien que ce miracle est menacé. [...] La France c'est un rêve de civilisation.”. Sarkozy em discurso de campanha presidencial em 09/03/2007. Disponível em: <http://sites.univ-provence.fr/veronis/Discours2007/transcript.php?n=Sarkozy&p=2007-03-09>. Acesso em 24/01/2016.

“sonho de civilização”, temem explosões de violência. Afinal, qual tipo de ajuda ou de atitude social pode-se esperar de um Ministério de Identidade Nacional (TODOROV, 2010, p. 20)?

A visão de história da França nesse discurso, admite genocídios, perseguições, racismo, preconceitos, mas não provenientes da França, e por esse motivo a França deve-se orgulhar do que se tornou. Ao final do discurso, a feição cruel do que seriam as atitudes a serem tomadas com os *imigrantes ilegais*, aqueles que o candidato Sarkozy intitulou de *clandestinos*, consciente do tom pejorativo que o conceito carrega:

Regularizar todos os *sans-papiers* incita uma massa crescente de infelizes a imigrar clandestinamente na esperança de serem regularizados um dia e faz-se crescer o ressentimento daqueles que os acolhe e daqueles que se sentem mais e mais estrangeiros em seu próprio país. Se eu for eleito presidente da República, não haverá regularização global.<sup>7</sup>

Ainda que o discurso seja feito em 2007, é o mesmo Ministério responsável pela imigração na França. É proferido o nítido interesse de não regularizar todos, o que leva também a um diagnóstico: Não resta senão para aqueles que não forem regularizados, sobreviver em meio as lacunas em busca de sobrevivência ou caso sejam pegos, a volta para os seus países.

No discurso, a civilização defendida, se é que se pode dizer que é de fato uma civilização, foi a civilização francesa. Mas se há uma civilização, parte-se do pressuposto que existe a barbárie, os civilizados versus os bárbaros.

A assunção da palavra *civilização* não foi ingênua. A origem do termo “bárbaro” vem da Grécia Antiga e era utilizado para dividir a população entre os “gregos” e os outros, os estrangeiros, os bárbaros, aqueles que não proferiam corretamente o idioma

---

<sup>7</sup> En régularisant tous les sans-papiers on incite une masse croissante de malheureux à immigrer clandestinement dans l'espoir d'être régularisés un jour et l'on fait monter le ressentiment chez ceux qu'on accueille si mal et chez ceux qui se sentent de plus en plus étrangers dans leur propre pays. Si je suis élu président de la République, il n'y aura pas de régularisation globale. Sarkozy em discurso de campanha presidencial em 09/03/2007. Disponível em: <http://sites.univ-provence.fr/veronis/Discours2007/transcript.php?n=Sarkozy&p=2007-03-09>. Acesso em 24/01/2016.



(TODOROV, 2010, p. 25). Portanto, desde a origem do termo, a colonialidade é intrínseca.

O que também soa confuso é a identidade nacional confundida com uma identidade coletiva. Segundo Todorov (2010, p. 67), existem alguns exemplos de perda da identidade coletiva como “em decorrência de necessidades econômicas ou de condicionantes políticas, eles são obrigados a abandonar seus países e deparam-se com um mundo em que os movimentos de populações se multiplicam e são cada vez mais acelerados”. É interessante observar que a identidade coletiva relaciona-se diretamente com os movimentos imigratórios. A globalização e os refugiados também encontram-se na retórica.

A identidade nacional pelo ponto de vista do discurso de Sarkozy, trata-se de uma identidade cultural em uma escala geográfica delimitada entre nacional (França) e continental (continente europeu) incorporando um discurso pejorativo de culturas que não estejam entre essa escala, ou seja, de indivíduos que devem renunciar a sua própria cultura. Entretanto, o pluralismo e as transformações da sociedade renovam a noção de cultura. Acerca da colonialidade cultural, Todorov argumenta:

Em nossos dias, as discriminações que, às vezes, são impostas aos magrebinos nos países ocidentais provocam em alguns deles a reivindicação orgulhosa da identidade de origem e o desejo de retomar suas tradições. Se sou insultado ou fico sob suspeita por minha origem argelina ou marroquina, sinto-me agredido em uma parte de minha identidade; a tentativa de me afastar dela, nesse momento, seria compactuar com meus agressores e enfraquecer meu sentimento de existir. (TODOROV, 2010, p. 80)

A recusa pelo Estado em aceitar esse pluralismo não é a trajetória do que é colocado como processo civilizatório, ao contrário, a intolerância é que leva à barbárie. Inclusive o vocábulo *tolerância* já está imbuído de julgamentos.

O que é defendido é o ideário de Estado-Nação moderno em que defende as mesmas tradições, a mesma língua e a manutenção de uma mesma etnia. Contemporaneamente, o Estado-Nação possui sua concepção moderna enfraquecida pois o que dita majoritariamente sua política são as decisões de cunho econômico.

Tanto o termo nação quanto o termo nacionalismo, são problemáticos na sua conceitualização, embora sejam fenômenos existentes. Anderson (1993, p. 23) define o conceito de nação como:

Uma comunidade política imaginada e intrinsecamente limitada e soberana. É imaginada pois os membros da menor nação não conhecerão jamais a maioria de seus compatriotas, não os verão nem ouvirão sequer falar deles, porém na mente de cada um, vive a imagem de sua comunhão.

Anderson, nas páginas seguintes, define ainda os adjetivos “limitada” e “soberana”. “Limitada” por suas fronteiras finitas, ainda que elásticas. “Soberana” por ser a liberdade o sonho das nações, sendo a garantia e o emblema dessa liberdade, o Estado Soberano. “Comunidade” pois a nação se concebe sempre por meio de um companheirismo profundo (ANDERSON, 1993, p. 25).

Anderson (1993) admite as raízes culturais do nacionalismo, colocando este conceito à priori da Nação. Entretanto ele afirma que não foi o nacionalismo que substituiu o papel da religião na Europa. Para o autor, o nacionalismo deve ser entendido alinhando-se com os grandes sistemas culturais, como a comunidade religiosa e o reino dinástico, que o precederam e de onde surgiu por oposição (ANDERSON, 1993, p. 30). O autor também defende a ideia de que quando três concepções perderam o controle das mentes dos homens, foi então possível imaginar a nação. Essas concepções que perderam importância foram: (1) a concepção que a língua escrita oferecia acesso privilegiado à verdade ontológica; (2) a crença que a sociedade estava organizada ao redor de uma hierarquia, de uma monarquia e (3) a concepção de uma temporalidade onde a cosmologia e a história eram indiscutíveis (ANDERSON, 1993, 61-62).

Mencionando o filósofo alemão Johann Gottfried von Herder que diz que “Cada Povo é um Povo: tem sua Formação e seu Idioma”, Anderson relaciona esse conceito sendo estreitamente europeu sobre a nacionalidade, como algo ligado a uma língua de propriedade exclusiva, sendo o nacionalismo o que precede a nação. Para ele, a origem desse pensamento remonta o século XIV com as explorações e posterior expansão da Europa (ANDERSON, 1993, p. 103).

Entretanto, a própria formação da França, não é única nem homogênea, o que é em comum com a atual diversidade encontrada nas salas de aula da periferia que possuem diversas nacionalidades em um mesmo espaço. Respeitar as leis não significa “amar a nação” e há uma confusão no discurso do Sarkozy de crença que são processos indiscutíveis e a quem não amar a França, resta senão os estereótipos. Obedecer a lei não significa seguir a mesma cultura.

A religião é utilizada como ideologia de guerra, de estigmatização e de segregação. O conflito, aqui evidenciado não se trata na verdade de um conflito religioso mas sim um conflito político em que a religião é utilizada como argumento.

Segundo Todorov (2010, p. 129) quem forja a opinião pública são o governo, o parlamento, grandes redes de televisão e também jornais. Segundo ele, a maioria da população se deixou levar pelo sentimento de medo e qualquer crítica contra a política governamental é qualificada como uma traição da pátria.

E concernente aos objetivos do Estado, a manutenção do bem-estar social é uma prioridade. Mas, como atender esse objetivo se o Estado-Nação fortalece estigmas e preconceitos? Na linha de argumentação de Todorov, o imigrante é colocado sob vigilância, tratado como o “outro” e como o “bárbaro”, em termos generalizantes como se todos os imigrantes não dominassem os códigos da nação francesa. Ainda segundo Todorov (2010, p. 163), “o Estado tem ainda outros objetivos como proteger a vida, a integridade física e os bens de seus membros, combater as discriminações, orientar sua ação para obter a justiça, a paz e o bem-estar da comunidade, além de defender a dignidade de todos os cidadãos”.

Mas se a colonialidade foi para a França um trunfo, afinal, não envergonha-se por ela, ao contrário, a colonialidade foi uma espécie de *ato civilizatório*, levando a cultura e o modo de vida europeu sob amparo do Tratado de Berlim. A cultura, como bem se sabe, está longe de possuir conteúdo homogêneo, embora incorporar a cultura ocidental seja condição necessária para o “processo civilizacional”. A contradição consiste em ainda discutir como se houvessem populações com título de bárbaros e outros com um caráter civilizado.

## 2. SURGIMENTO DA *BANLIEUE* E INÍCIO DE UMA SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL URBANA

Concomitante à atração imigratória que a França desempenhou no século XX foi também o crescimento da demanda habitacional e posterior crise da habitação. Ainda que a causa da crise da habitação no caso francês não decorra da imigração, a mesma exerceu uma forte pressão sobre o tecido urbano ao qual a política habitacional não foi capaz de corresponder a demanda.

A palavra *banlieue*, quando traduzida para o português, significa “periferia francesa”. Entretanto a etimologia do termo é paradoxal. Desde o século XVIII a palavra *lieue* significaria 4km aproximadamente ao redor das vilas que estavam submetidas à autoridade do *ban* (senhorial ou municipal).

Os *faubourgs* são hoje bem integrados no tecido urbano, mas inicialmente correspondia ao exterior de tal perímetro. Pode-se dizer que os *faubourgs* compunham a primeira categoria de periferia. Os *faubourgs* acolhiam as atividades as quais a cidade tinha necessidade, mas que consumiam demasiado espaço em seu território ou até mesmo atividades que se desejava descartar. Portanto, era nos *faubourgs*, que ocorria a existência de indústrias poluentes, depósitos de lixo e a habitação de grande parte da mão-de-obra da época (MERLIN, 2010, p. 13).

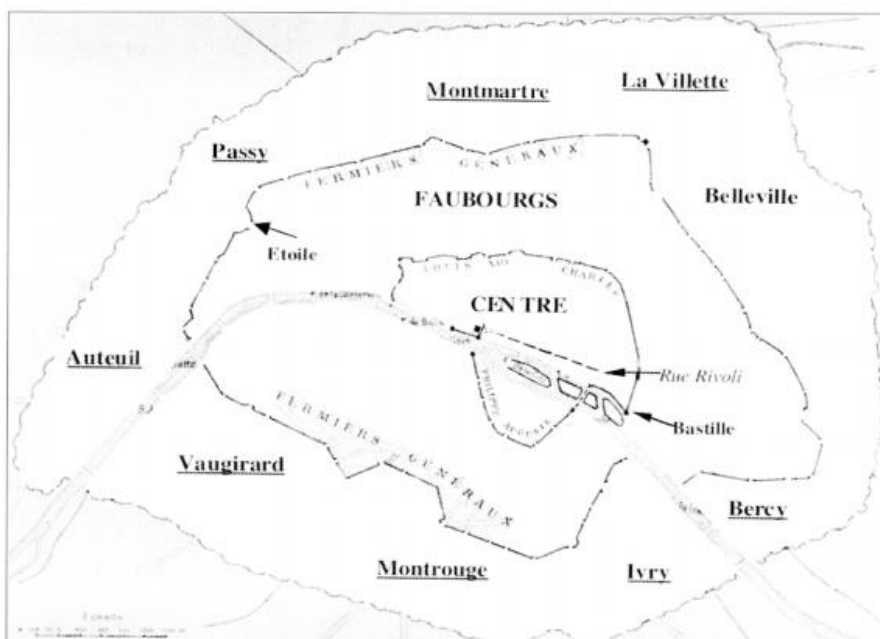


Figura 2: Espaço parisiense no ano de 1860. Fonte: FAURE (2004).

Já a *banlieue industrielle*, correspondeu por um lado à amplitude que a revolução industrial necessitou e por outro já se iniciava um projeto de tecido urbano desordenado. Os *faubourgs* não davam mais conta da demanda de espaço para as redes de transporte, como ferrovias e rotas para as indústrias. Entre o Segundo Império (período Haussmann) e a I Guerra Mundial, a população francesa passa de 9 para 19 milhões e a população da *banlieue* ultrapassa àquela de Paris. Se antes as classes mais privilegiadas coexistiam com as classes modestas em uma segregação vertical (por andares), seria a vez da segregação horizontal (MERLIN, 2010, p. 14-15). Pode-se afirmar que foi na *banlieue industrielle* que a *mixité social*, que hoje se tenta retomar foi deixada em segundo plano.

A *banlieue pavillonnaire*, corresponde ao período entre as duas guerras mundiais. Pode-se dizer que até 1914 a inflação era moderada, entretanto, com as necessidades de financiamento que a guerra causou, a inflação disparou. O governo então, decide congelar o valor dos alugueis para que as famílias dos soldados conseguissem suportar as altas recentes. Essa medida, no entanto, desagradou os investidores que argumentavam que tal medida diminuía a rentabilidade.

Com o crescimento da demanda, as famílias modestas não tiveram outra solução, senão de comprar um pequeno terreno e construir elas mesmas seus *pavillons*, sem efetuar trabalhos de viabilização como vias, saneamento básico e água tratada (MERLIN, 2010, p. 16-17). Essa situação assim permaneceu entre 1960-1975 quando as comunas, finalmente, receberam recursos para executar melhorias no tecido urbano.

É claro que, concomitante ao crescimento da cidade, políticas urbanas e habitacionais eram planejadas. Diferentes modelos de cidades utópicas eram em grande parte, influenciadas por urbanistas culturalistas ou progressistas e do conteúdo da Carta de Atenas, cujas funções sociais eram de habitar, trabalhar, recriar e circular. Paradoxalmente, os urbanistas que inspiraram na Carta de Atenas nos projetos da *banlieue* de Paris cumpriram de maneira muito precária parte dessas funções, sobretudo nos conjuntos habitacionais intitulados de *Grands Ensembles*.



**Figura 3:** *Grand Ensemble* em formato de torre e barra em Clichy-sous-Bois/França. Foto tirada pela autora em 13 de abril de 2015.

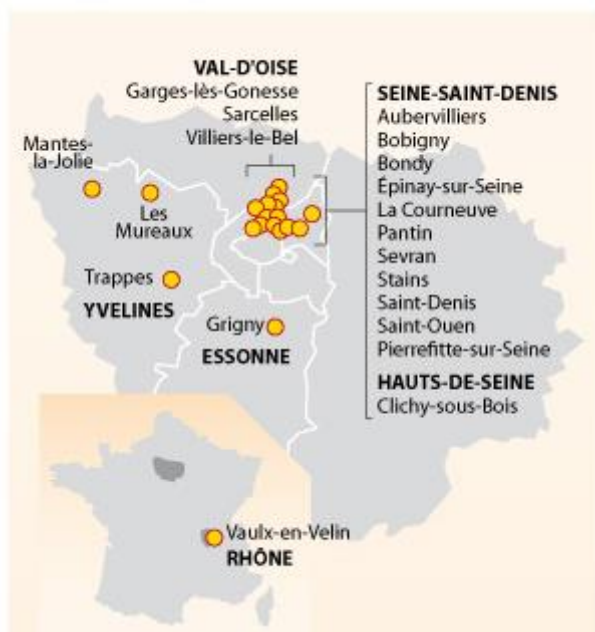


**Figura 4:** Conjunto Habitacional de Grigny 2 em Grigny/França. Foto tirada pela autora em 14 de abril de 2015.

É profícuo lembrar que as habitações em formato de torres e barras seguem a ideologia da Carta de Atenas, tendo como ponto de partida a crítica da vila industrial que supõe ser substituída por uma vila ideal, racional e funcional (MERLIN, 2010, p. 29). Os grandes conjuntos habitacionais foram na verdade a aplicação em grande escala da Carta de Atenas, representando uma ruptura com as outras formas anteriores de construção. Os arquitetos dessa época se apresentavam quase todos como discípulos de Le Corbusier, tendo como destaque Bernard Zehrfuss responsável pela aplicação da Carta de Atenas em Clichy-sous-Bois (MERLIN, 2010, p. 59).

A escolha de Clichy-sous-Bois e Grigny para ilustrar os *Grands Ensembles* não é aleatória. Ambas as comunas, localizadas próximas de Paris, fazem parte de um pequeno grupo que conta com 20 cidades onde a proporção de jovens de origem estrangeira passa dos 60% em 2005, sendo a maioria dessas comunas próximas à Paris, 11 delas

concentradas no departamento de Seine-Saint-Denis e com uma forte presença de *Grands Ensembles* em seu tecido urbano



**Figura 5: Localização das 20 cidades francesas onde a proporção de jovens de origem estrangeira é superior à 60% em 2005.** Fonte: Atelier de Cartographie des Sciences Po<sup>8</sup>.

Quando se pensa em *banlieue* hoje, a primeira imagem que surge é justamente desses conjuntos, dos *Grands Ensembles*. Eles são emblemáticos ao falar da *banlieue* pois seguiram os princípios da Carta de Atenas, sendo a maioria das suas construções entre as décadas de 1950-1980, o que quase coincide o período de ascensão econômica francesa intitulado de *Trente Glorieuses* (1945-1974). Sem dúvidas, a crise do petróleo implica uma parada decisiva nas construções de habitações sociais e que inevitavelmente afeta o fluxo imigratório que para lá havia se deslocado.

Segundo INSEE (2011, p. 1), um a cada quatro habitantes das ZUS de toda a França está localizado em Seine-Saint-Denis, representando 20% dos moradores desse departamento, o que é um índice significativo. Foi ainda identificado cinco categorias de ZUS, sendo a categoria com maior risco social a maioria em Seine-Saint-Denis. Tal categoria, a categoria A, conta com aproximadamente 112 mil pessoas das 176 mil nesta categoria em toda a França. (THOMAZ, 2014, p. 42)

<sup>8</sup> Disponível em: <http://cartographie.sciences-po.fr/en/jeunes-dorigine-trang-re-dont-la-proportion-d-passe-60-dans-20-villes-fran-aises-2005>. Acesso em 9 de março de 2016.

Mesmo que haja algumas residências consideradas como ZUS em Paris, essa se enquadra no grupo menos precarizado entre os cinco, a categoria E, contando com 26 médicos de especialidade geral em um raio de 500 metros, contra apenas 5 da categoria A.

Pode-se dizer então que o departamento de Seine-Saint-Denis destaca-se não somente por ter se tornado um receptor da população imigrante e conseqüentemente dos seus descendentes, mas também se destaca pela grande concentração de habitações localizadas nas ZUS.

Mas não apenas o fluxo imigratório proveniente de outros países exerceu pressão sobre o tecido urbano das cidades francesas. Houve um forte êxodo rural, que implicava na migração de mais de 120 mil pessoas por ano entre 1872 e 1901 (MERLIN, 2010, p. 38) e que claro, aumentou a necessidade de habitações. Já entre 1911 e 1921, houve outro fluxo de êxodo rural, dessa vez mais de 1,5 milhão de pessoas se dirigiram para as cidades, enquanto 1,4 milhão de habitações foram destruídas ou gravemente afetadas pela I Guerra. Nessa mesma época, o governo francês se engajou pouco na demanda habitacional que era evidente. Ao todo, pode-se dizer que a construção de habitações entre as duas guerras foi de 1,8 milhão e dessas, apenas 15% eram as consideradas habitações sociais ou como era chamada na época, por *Habitations Bon Marchés* (HBM e que se tornaram as HLM – *Habitation à Loyer Modéré* - após a lei de 21 de julho de 1950), ou seja, com aluguel subsidiado (MERLIN, 2010, p. 41-44), destacando-se as habitações nas cidades-jardins, política essa fundamentada pela *Loi Loucheur* (que vigorou entre 1928 à 1932), responsável pela construção de mais de 700 mil habitações. É profícuo reforçar que desde essa época já havia um déficit de habitação social na França.

Já o que é concernente às barras e torres, formato dos *Grands Ensembles*, a primeira torre foi construída em 1931 na comuna de Châtenay-Malabry, situada ao oeste de Paris e possuía 11 andares.

Posteriormente, durante a II Guerra Mundial, as conseqüências habitacionais foram bem similares as da I Guerra. Cerca de 400 mil mortos, 400 mil feridos, um novo êxodo rural, 600 mil habitações destruídas e 1,3 milhão degradadas e uma forte inflação. Entretanto, o Estado reagiu no plano demográfico, social e habitacional (MERLIN, 2010, p. 52) com a construção e melhorias de mais de 300 mil habitações por ano. Para isso, os créditos do Plano Marshall foram fundamentais.

Dessa vez houve a criação de uma Administração de Urbanismo em 1941 e um pouco depois, a lei de 15 de junho de 1943, que remodela, unifica e racionaliza a



legislação concernente ao urbanismo. Já a Lei Pisani de 30 de dezembro de 1967 cria a responsabilidade partilhada, ou seja, os planos de urbanismo seriam elaborados pelas comunas e se necessário com ajuda do Estado. Outra medida importante foi acordar outros meios de financiamento de habitação, como a *Action Logement*, política existente hoje, que destina 0,45% de sua “massa salarial” para o financiamento de residências dos seus assalariados.<sup>9</sup> Essa lei seria pioneira em outras leis que regularam os agentes responsáveis pelos financiamentos habitacionais franceses, como o Estado os departamentos e comunas.

Já em 1958, é criada as *Zones à Urbaniser par Priorité* (ZUP) e que vigoraram até 1969 objetivando levar para a periferia não só as habitações sociais, mas como seus equipamentos. Entretanto a ZUP não se mostrou uma política eficaz e foi substituída pelas *Zones d’aménagement concerté* (ZAC), que obviamente buscava corrigir os problemas da ZUP como as insuficientes atividades de equipamentos urbanos.

Ainda assim, o trabalho da ZAC não evitou mais críticas. A uniformização das habitações, o que de certa maneira confere ainda hoje um caráter paisagístico modernista, uma forte densidade, que é em média seis vezes mais elevada. Por vezes foi preferido demolir tais habitações e reconstruí-las, sob o argumento que seria mais barato que reabilitá-las (MERLIN, 2010, p. 80).

É claro que os *bindonvilles*, a habitação mais precária, os “barracos” não deixaram de existir pois ainda hoje é possível encontrá-los a alguns quilômetros da Champs-Élysées (em Bobigny por exemplo), mas as habitações construídas no século XX visaram os imigrantes, sobretudo na década de 70, embora a habitação por si só não seja suficiente para inserir tal população socialmente e economicamente.

Os *Grands Ensembles*, muitos deles mal planejados, sendo alguns demolidos, foram destinados à população mais carente. As comunas que possuem um *Grand Ensemble*, ainda hoje são estigmatizadas: 57% dos franceses afirmam que nas habitações sociais encontram-se muitos delinquentes e 52% dos franceses acreditam que os habitantes das habitações sociais são sobretudo, estrangeiros (MERLIN, 2010, p. 90). Percebe-se que muitos franceses esquecem que muitos imigrantes foram naturalizados e que seus filhos são automaticamente franceses, pelo princípio do “*droit du sol*”.

Outra questão controversa é que os imigrantes originários de Portugal, Itália, Espanha, Polónia, não se distinguem visualmente dos franceses considerados autóctones

---

<sup>9</sup> Mais informações sobre a Action Logement disponível em: <http://www.actionlogement.fr/qui-sommes-nous/presentation/qu-est-ce-qu-action-logement>. Acesso em 26 abril 2015.

e muitas vezes também estigmatizam os franceses de ascendência maghrebina ou negros. Os imigrantes já naturalizados ou não, assim como suas gerações, representam hoje uma população visível e que por vezes passam a maioria da população em algumas comunas, mas que ainda assim são vítimas de racismo e xenofobia.

Historicamente, no século XVIII, houveram várias medidas sanitaristas na França. Nesse período ficou proibido jogar excrementos pela janela e também dos primeiros garis trabalhando em Paris. Já no século XIX, houve uma luta contra epidemias como a cólera, tifoide e a tuberculose e um grande debate sobre as condições de vida da classe operária (FOURCAULT, 2007)

O crescimento de Paris levou à transferência de atividades que a cidade rejeitava para as novas áreas periféricas. Cemitérios, hospitais, “campos de esgoto”, habitações sociais, o que pode ser considerado como o primeiro processo de gentrificação estruturado de Paris, e indústrias poluentes, principalmente as indústrias químicas. Essas atividades ainda hoje permanecem na periferia de Paris (FOURCAULT, 2007).

Podemos enumerar alguns exemplos. Aubervilliers é ainda conhecida pela concentração de indústrias químicas como a Saint-Gobain. Já em Saint-Denis, a Saria, empresa de incineração de carcaças de animais, parou suas atividades há pouco tempo.

Concernente à desindustrialização, como previu Haussmann, tratava-se da transferência de grandes usinas da capital rumo à periferia. Nesse periferia, os salários eram mais baixos e a taylorização mais precoce. A I Guerra Mundial reforça a industrialização dessas áreas que eram longe dos fronts de batalha (FOURCAULT, 2007).

Concernente aos cemitérios, por muito tempo, os parisienses foram enterrados em numerosos pequenos cemitérios anexados às dezenas de igrejas da cidade. Ao fim do século XVIII, a modernidade, vulgo, as primeiras reformas urbanas, impõem o fechamento progressivo dos pequenos cemitérios considerados sobrecarregados e insalubres e também o grande cemitério, o cemitério dos “Innocents”, localizado no centro de Paris. As ossadas foram transferidas para as catacumbas e três grandes necrópoles foram criadas fora do limite da cidade: o cemitério de Père-Lachaise em 1804, o cemitério de Montparnasse em 1824 e o cemitério de Montmartre, em 1825 (PREFEITURA DE PARIS).

Em 1860, Paris estende seus limites e anexa comunas periféricas, englobando assim 3 grandes cemitérios, além de outros 12 cemitérios que se localizam nos bairros de Belleville, Charonne, Bercy, Auteuil, Pass, todos eles localizados em bairros periféricos

da antiga Paris. Outros pequenos cemitérios próximos às saídas de Paris foram abertos entre 1860 e 1929 (PREFEITURA DE PARIS, 2016). Ou seja, antes da I Guerra Mundial, a reforma urbana já estava consolidada e os problemas ambientais transferidos para os antigos faubourgs e as atuais banlieues.

Concernente aos aterros sanitários, eles também estão localizados em bairros considerados como os antigos faubourgs e que hoje ainda possuem um perfil mais popular. Não por acaso são os bairros que concentram a demanda de habitações populares em Paris. Dentre esses aterros podemos destacar o de Jessaint (18º arrondissement), Poterne des Peupliers (13 arr.), Carnot (12 arr.), Porte de Lilas (20 arr.), Porte de la Chapelle (18 arr.) e Quai d'Issy les Molineaux (15 arr.) (PREFEITURA DE PARIS, 2016). Como pode-se observar na figura abaixo os bairros destinatários dos aterros, foram sobretudo aqueles que eram considerados os faubourgs ou a própria banlieue.

Concernente à desindustrialização, a partir dos anos 1950, a desindustrialização favorece a elitização da capital. As zonas industriais são criadas então na periferia. Isso denota que mais uma vez foram as periferias, onde há uma concentração de operários e de uma classe menos abastada.

## **2.1 Fragmentação do tecido urbano e dispositivos da demanda habitacional**

Indiscutível que Paris concentra funções extremamente especializadas e que sua periferia cresceu em partes por atividades que não poderiam mais se localizar em seu centro. Segundo Vasconcelos (2013, p. 21), a fragmentação aparece como um contraponto ao processo de globalização, sendo a cidade fragmentada correspondente a uma mistura de usos desconectados, mal articulados pelas infraestruturas de transporte. Segundo o autor, ela é produzida em parte pela ação (ou inação) do Estado (VASCONCELOS, 2013, p. 22). No caso dos imigrantes e seus descendentes, ambos moradores da periferia de Paris, destaca-se:

Os excluídos seriam as pessoas rejeitadas fisicamente (racismo), geograficamente (gueto) e materialmente (pobreza) de acordo com Xiberras (1994:18). [...] Os “pobres de Paris”, em boa parte, já teriam sido excluídos desde meados do século XIX, como resultado das obras do barão Haussmann. Essa exclusão levou à formação de uma periferia majoritariamente composta

por residências de operários, pobres e que votavam, sobretudo, nos partidos de esquerda (*banlieue rouge*). Atualmente os excluídos habitam, sobretudo, os grandes conjuntos habitacionais periféricos. Essa situação se deteriorou com o aumento dos imigrantes vindos das antigas colônias, sobretudo da África do Norte. (VASCONCELOS, 2013, p. 22)

Segundo Vasconcelos (2013), o conceito de exclusão se aplica mais aos indivíduos que às áreas, embora haja a expressão “aglomerados de exclusão” proposto por Haesbaert. Haesbaert (2004, p. 313) utiliza a expressão para “traduzir a dimensão geográfica ou espacial dos processos mais extremos de exclusão social porque ela parece expressar bem a condição de “desterritorialização” ou de “territorialização precária”.

Os imigrantes, estão inclusos na categoria de “aglomerados de exclusão”. Para Haesbaert (2004, p. 315) toda exclusão social é, em algum nível, exclusão socioespacial e, por extensão, exclusão territorial e esclarece o sentido de desterritorialização como “exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto “recurso” ou “apropriação” (material e simbólica indispensável à nossa participação efetiva como membros de uma sociedade” (HAESBAERT, 2004, p. 315). Ainda segundo o autor (2004, p. 331), o aglomerado de exclusão possui como propriedade básica: (1) a instabilidade e/ou a insegurança socioespacial; (2) a fragilidade dos laços entre os grupos sociais e destes com seu espaço (tanto em termos de relações funcionais quanto simbólicas); (3) a mobilidade sem direção definida ou a imobilidade sem efetivo controle territorial. Em todos esses itens a imigração pós-colonial pode ser evidenciada.

Segundo o Ministério da Economia, da Indústria e do Emprego e o Ministério do Trabalho, das relações sociais, da família e da solidariedade e da cidade, morar na Zona Urbana Sensível e ser imigrante representa um duplo risco para o mercado de trabalho (DARES, 2009). Em meados dos anos 2000, a taxa de desemprego para quem morava na ZUS era de 19% contra 8% de quem morava fora dela. Se fosse imigrante e morasse em uma ZUS a taxa subia para 24%. Ainda segundo esse estudo, à nível de diplomas equivalentes, as pessoas que residem na ZUS são menos protegidas pelo risco de desemprego, juntamente com o fato de ser imigrante (DARES, 2009).

Ainda segundo esse estudo, são os imigrantes da ZUS mais frequentemente operários.

A situação mais desfavorável sobre o mercado de trabalho dos residentes em ZUS pode prover, em partes, uma menor qualificação que

renderia uma inserção mais difícil e o sustento do emprego. Os empregados e operários são as categorias socioprofissionais mais tocadas pelo desemprego: sua taxa é duas a três vezes mais elevada que aqueles dos quadros profissionais intermediários ou independentes. Essas duas categorias socioprofissionais representam 69% da população ativa em ZUS, contra 52,6% fora da ZUS. [...] os operários ou empregados não qualificados são notadamente subrepresentados no emprego na ZUS (33,7% contra 20,3% fora da ZUS). Na ZUS como fora da ZUS, os imigrantes ativos são mais frequentemente operários ou empregados que aqueles não-imigrantes. Os empregos não qualificados são igualmente mais frequentes na população imigrante (37,1% contra 20,1% para os não imigrantes)

Como não observar a fragmentação que a metrópole se coloca ao analisar tais dados que sugerem o fato de habitar em uma Zona Urbana Sensível e ser imigrante é um obstáculo a inserção à cidadania. Tal fragmentação pode ser facilmente transformada em desintegração com a imobilidade econômica dessa população. Segundo Schapira (*apud* VASCONCELOS, 2013, p.21) a fragmentação é o resultado do desaparecimento do funcionamento global em benefício das pequenas unidades [...] quarteirões de pobreza justapostos a partes isoladas de riqueza no seio dos arquipélagos urbanos. É inegável o papel de Paris como metrópole global e a pobreza que assola os imigrantes, principalmente os ilegais, que não conseguem acessar os benefícios sociais.

Verifica-se o distanciamento social dos bairros e a existência da mixofobia (SERPA, 2013), contrapondo-se à mixité sugerida nas políticas de habitação. Nos *arrondissements* mais abastados de Paris, a homogeneidade do fenótipo e cultura europeia, afasta os imigrantes. O não obediência à Lei de Solidariedade e Renovação Urbana, mais conhecida como Lei SRU, que atribui obrigatoriedade de no mínimo 25% das habitações à nível de escala de comuna serem habitações sociais (lembrando que cada *arrondissement* de Paris é para esse efeito considerado comuna), pode ser um dos exemplos da mixofobia ou da fobia social. Há também a barreira física ao acesso da população no território, como portões que impedem a passagem dos não-autorizados a toda uma rua.

A cidade fragmentada segundo Vasconcelos (2013, p. 22) corresponde a uma mistura de usos desconectados, mal articulados. Para ele, os pobres de Paris já teriam sido excluídos desde meados do século XIX como resultado das obras do Barão Haussmann.

Para Vasconcelos, os excluídos habitam, sobretudo, os grandes conjuntos habitacionais periféricos, sendo tal situação deteriorada com o aumento dos imigrantes vindos das antigas colônias.

Segundo Ké Schon (2007, p, 24), as pessoas que saem de um país africano têm a probabilidade três vezes superior de se instalar em uma ZUS em comparação as pessoas que já possuem a nacionalidade francesa.

Concernente aos dispositivos de habitação no território francês, existem múltiplas políticas que sustentam o direito à habitação, não somente ao acesso de uma moradia, mas também a sua manutenção e inclusive o controle dos preços dos alugueis. Ainda assim, isso não impede a carência habitacional concentrada em algumas comunas e o cumprimento da Lei de Solidariedade e Renovação Urbana – SRU.

Primeiramente é necessário esclarecer o que é uma habitação social na França. As habitações sociais pertencem principalmente ao mecanismo de acesso à habitação intitulados HLM, ou seja, habitação em aluguel moderado ou as habitações provenientes de sociedades de economia mista (SEM) e que são submetidos à legislação HLM para a fixação de seu aluguel (ATELIER, 2015).

Pode-se enumerar mais de 140 atores da habitação social, divididos em quatro categorias, são elas: (1) Offices Publics de l’Habitat (OPH); (2) Enterprises Sociales pour l’Habitat (ESH); (3) Coopératives d’HLM (Habitações com aluguel moderado); (4) Sociétés Anonymes Coopératives d’Intérêt Collective pour l’Accession à la Propriété (SACICAP) (ATELIER, 2015).

Na França, tem direito à uma habitação social todos os franceses ou aqueles que possuem um *titre de séjour* válido e que obedeça aos requisitos financeiros conforme a tabela seguinte. Esses valores revelam que “a habitação social não é somente destinada às populações muito pobres ou imigrantes. É potencialmente utilizada por uma parte importante e diversificada da população francesa” (ATELIER, 2015), inclusive pela classe média.

<b>Tamanho das famílias</b>	<b>Paris e comunas limítrofes (em euros ao ano)</b>	<b>Île-de-France fora de Paris e comunas limítrofes (em euros ao ano)</b>	<b>Outras regiões (em euros ao ano)</b>
3 pessoas/ 1 pessoa com um dependente/ uma família sem dependente	45.320	41.558	32.397
4 pessoas/ uma pessoa com 2 dependentes	54.109	49.779	38.990

**Tabela 3: Condições financeiras de acesso à habitação social.** Fonte: ANIL (2015). Tradução da autora.

Uma habitação social possui um preço regulamentado pelo Estado e inferior àquele do parque privado e possui diferentes categorias. Os principais atores das habitações sociais são o Estado, as coletividades territoriais como a região, o Departamento, a Comuna, etc, as Casas de Depósitos e Consignaões, a Action Logement e o próprio morador com fundos próprios.

Cada demanda é enquadrada como sendo PLAI (Prêt Locatif Aidé d'Intégration), PLUS (Prêt Locatif à Usage Social), PLS (Prêt Locatif Social) ou PLI (Prêt Locatif Intermédiaire). A demanda PLAI é reservada às pessoas em situação de grande precariedade. A demanda PLUS corresponde às habitações HLM tradicionais. A demanda PLS et PLI, são atribuídas às famílias em que sua renda é muito elevada para acessar às habitações HLM e também muito baixas para poder acessar ao parque habitacional privado (ALLIADE, 2016).

Por fim, existe também os empréstimos à taxa zero (Prêts à taux zero – PTZ) reservado às pessoas que comprem sua primeira casa. Esse empréstimo é isento de juros e com um prazo de até 25 anos, podendo a instituição bancária ser escolhida pela própria pessoa, dentre mais de 142 instituições bancárias, dentre elas o BNP Paribas, um dos maiores bancos na Europa<sup>10</sup>.

A comissão de atribuição de alocação de cada residência para as famílias, é composta de representantes da prefeitura da comuna onde estão situadas as habitações. Tal comissão analisa o patrimônio da família, do nível de fontes e condições da habitação

<sup>10</sup> Maiores informações disponíveis no site oficial da Administração Francesa, disponível em: <https://www.service-public.fr/particuliers/vosdroits/F10871> e lista de instituições bancárias que concedem os empréstimos à taxa zero disponível em: <https://www2.sfgas.fr/web/guest/etablissements-de-credit-affilies1>. Acesso em 09 de março de 2016.

atual, do distanciamento dos lugares de trabalho e da proximidade dos equipamentos urbanos. Tal comissão ainda examina ao menos três solicitações para a mesma moradia, exceto quando a família é encaminhada pela Prefeitura do Departamento, em aplicação ao dispositivo Droit Au Logement Opposable (DALO) (Drihl, 2012).

Para ter acesso ao dispositivo DALO é necessário estar desprovido de habitação, ou seja, sem domicílio ou alojado na casa de outra pessoa, ter sido expulso sem possibilidade de realojamento, morar em uma estrutura insalubre ou perigosa, morar em um local precário tendo uma criança ou uma pessoa deficiente, podendo ser ele mesmo deficiente (Drihl, 2012).

O Estado garante o direito de habitação das pessoas reconhecidas prioritárias. O prefeito do departamento aciona os organismos de habitações sociais afim que realoje a população prioritária.

Entretanto, o Estado só garante esse direito a quem é cidadão de um Estado membro da União Europeia, ou possuir uma carta de residente (tal condição apenas oferece uma habitação social não definitiva, um alojamento social) ou ser reconhecido como refugiado. A demanda então deverá ser feita no site [www.demande-logement-social.gouv.fr](http://www.demande-logement-social.gouv.fr) e renovada a cada 12 meses (Drihl, 2012). Em 2012, foram registradas 544 mil solicitações de habitações sociais em Île-de-France. Mais de 14% desse número foi considerado público DALO.

## **2.2 Distribuição das Habitações Sociais em Paris**

Segundo o Instituto Nacional de Estatística e Economia (INSEE), em 2002, os 56% dos imigrantes não eram proprietários de suas próprias residências, 32% deles residem em uma habitação social (contra 17% das famílias de não imigrantes), sobretudo, 75% das famílias imigrantes habitam em imóveis construídos antes de 1975, considerados os *grands ensembles*, barras e torres situadas na *banlieue* (MUSÉE, 2012).

Em 2008, o INSEE e o Institut National d'Études Demographiques (INED) desenvolveram uma pesquisa intitulada Trajectoires et Origines (TeO), cujos resultados distinguem dois grupos de proprietários. O primeiro compreende os imigrantes provenientes da península ibérica e da Itália, União Europeia 27 e imigrantes da Ásia. O segundo grupo compreende os imigrantes turcos, maghrebins e da África subsaariana.



Enquanto o primeiro grupo possui 57% de acesso a uma propriedade, o segundo grupo possui 38% de acesso para os imigrantes turcos, 27% para os magrebinos e 13% para os imigrantes da África subsaariana (SCHON e SCODELLARO, 2012, p. 9).

34% da “população majoritária” deixa sua habitação social para tornar-se proprietária. A porcentagem desce para 21% e 23% para os imigrantes e seus descendentes e mais ainda para quem é imigrante do Maghreb ou da África subsaariana [...] Assim, se 30% dos nativos de um departamento além-mar e 43% dos imigrantes da Ásia deixam um HLM para a sua propriedade, essa porcentagem cai para 15% para os magrebinos e 9% para os africanos subsaarianos (SCHON e SCODELLARO, 2012, p. 10).

O estudo argumenta que a imigração latina está instalada há mais tempo na França e seus níveis de acesso à propriedade se aproximam da população que não é nem imigrante nem descendente de imigrante.

Apesar disso, percebe-se que os imigrantes magrebinos e provenientes da África subsaariana são aqueles que possuem a cidadania ainda mais precária ao acesso a sua própria habitação, aqueles que são fracos politicamente e economicamente e que passam a subsistir na cidade.

Devido a situação de margem econômica e social que o imigrante se posiciona, eles se tornam um público prioritário na política de habitação social devido ser um bem de acesso privilegiado:

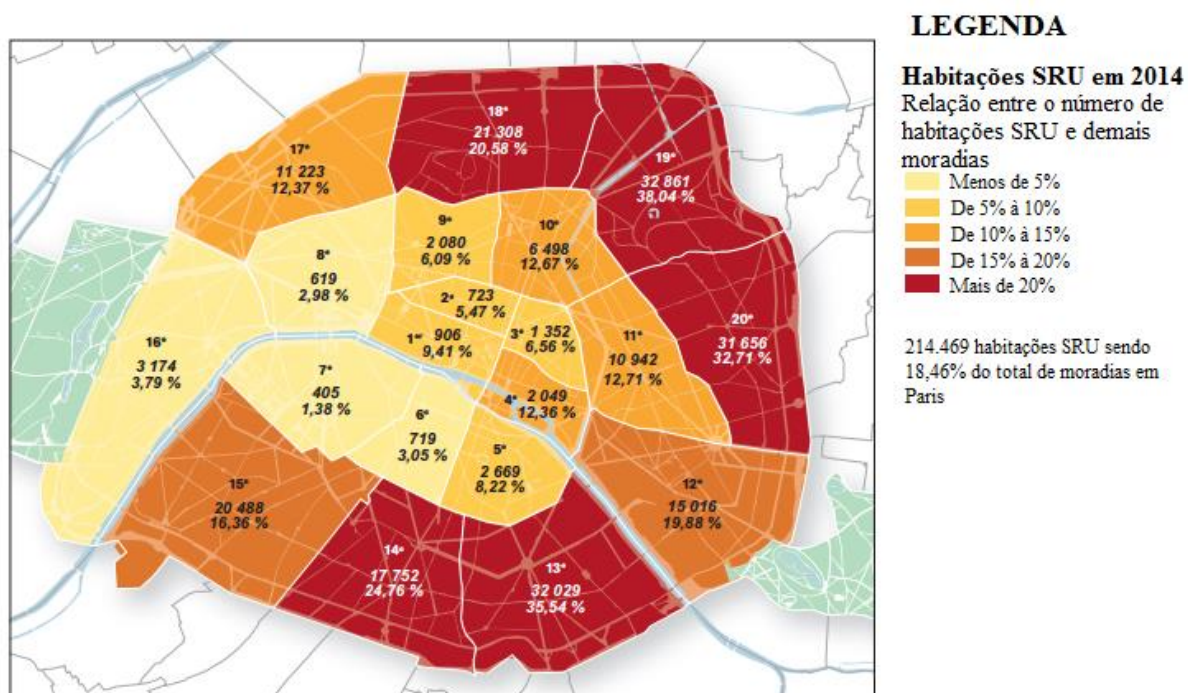
A habitação social é sempre mais frequentemente associada à um ambiente onde os imigrantes são subrepresentados ao território nacional. Os imigrantes, ao menos uma grande parte, ocupam profissões modestas, são mais tocados pelo desemprego e é então coerente que eles tenham prioridade em encontrar uma habitação social pois a função inicial é de abrigar as populações modestas. A habitação HLM representa cerca de 56% da habitação dos imigrantes da África subsaariana e da Argélia, em seguida vem os imigrantes do Marrocos, os originários dos territórios além-mar e dos imigrantes da Turquia possuem 40% de chances a mais de viverem em uma habitação social. (SCHON e SCODELLARO, 2012, p. 9)

Por isso, analisar a distribuição das habitações sociais em Paris e sua relação com os seus bairros, *arrondissements*, é muito importante por identificar a presença das classes mais populares, sendo imigrantes ou franceses e também não descartando que o imigrante e suas gerações ainda compõem uma parte sensível ao acesso à habitação na França.

Dados de 2013 mostram que Paris possui 214.469 habitações sociais SRU, representando 18,5% das residências de Paris, abaixo da lei SRU que determina 25%. Tal número pretende ser atingido por Paris até 2025, embora a demanda hoje por habitações sociais em Paris seja de quase 200 mil famílias (APUR, 2015a)

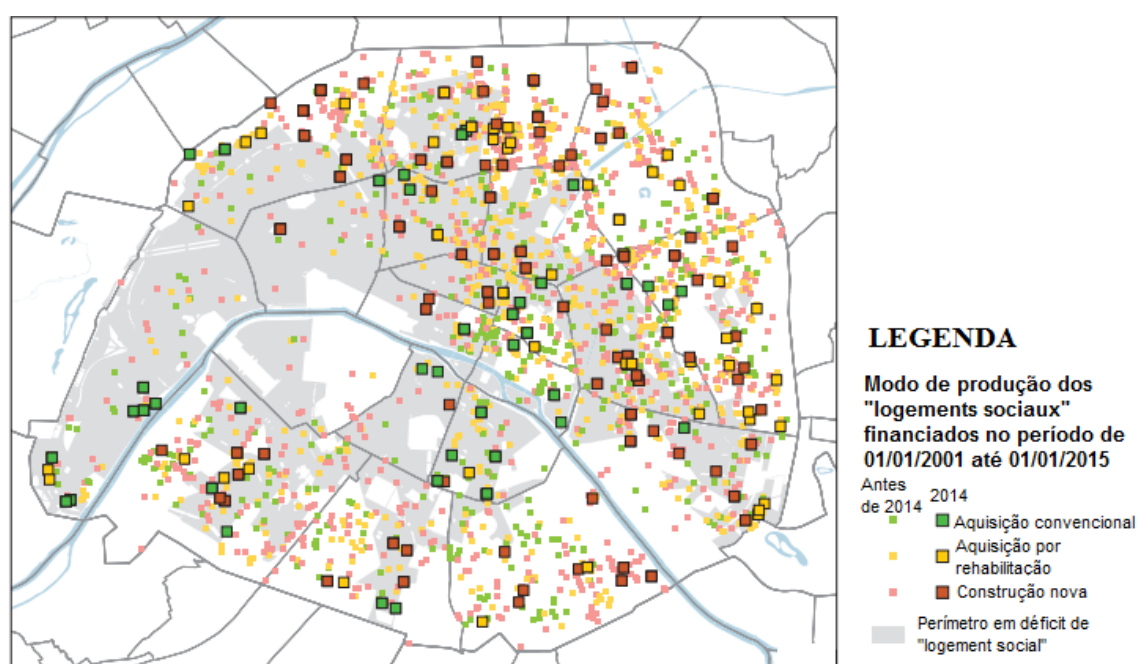
No entanto, a distribuição de habitações sociais por *arrondissement* é bem variável em Paris, seguindo números de 2014, indo de 1,38% no 7º *arrondissement*. (405 habitações) até 38,04% no 19º *arrondissement*. (mais de 32 mil habitações sociais (APUR, 2015a). Outro dado se revela: quanto mais próximo o *arrondissement* é das divisas com outras comunas, maior a porcentagem das habitações sociais.

A noção de segregação residencial contribui para a compreensão da concentração de habitações sociais em determinados bairros de Paris até as políticas que deslocaram as habitações sociais para a periferia. A segregação residencial é definida por Corrêa (2013, p. 40) como um processo em relação ao qual as classes sociais e suas frações constituem o conteúdo essencial mas não exclusivo das áreas segregadas. O autor defende que relacionado à segregação residencial estão as classes sociais. Para Corrêa, “a segregação residencial diz respeito, assim, à concentração no espaço urbano de classes sociais, gerando áreas sociais com tendência a homogeneidade interna e à heterogeneidade entre elas” (CORRÊA, 2013, p. 40).



**Figura 6: Distribuição das Habitações Sociais em Paris.** Tradução da autora. Fonte: Apur 2015a. Acesso em 25 de julho de 2015.

Como se observa, a localização dos *arrondissements* em Paris seguem a ordem de um caracol, iniciando pelo 1º *arrondissement*., onde se localiza o Museu do Louvre, e terminando no 20º arr., sendo que para as habitações sociais, aproximadamente 50% delas estão concentradas nos 13, 19 e 20º *arrondissements*. Paris, portanto, possui o desafio de aumentar o número de habitações sociais e realizar uma melhor divisão da oferta habitacional na cidade.



**Figura 7: Distribuição das habitações sociais em Paris.** Tradução da autora. Fonte: APUR 2015a.

A Tabela 4 evidencia diversas características do espaço urbano de Paris, por *arrondissement*, sendo alguns deles mais cristalizados e outros mais dinâmicos. Na Tabela 4 também é possível destacar as características que apontam dois grupos de bairros: (1) aqueles mais cristalizados, os bairros centrais; (2) os bairros que se dinamizaram durante o século XX, cuja construção do seu tecido urbano é mais recente e que atinge ou quase atinge o que é exigido pela lei SRU.



Arr.	Tamanho	População em 2013	Número de Habitações sociais em 2014	% habitações sociais em 2014	Principais atividades	Principais profissões	Desemprego (2013)	Período de construção das habitações	Reformas Urbana
1	182,5 hec	17.022	906	9,41	Escritórios e comércio variados	Profissões intelectuais superiores	13,1%	91% antes de 1915	Reforma Haussmann significativa
2	99,2 hec	21.741	723	5,47	Empresas de Tecnologia e comércio têxtil	Profissões intelectuais superiores	14,7%	91,6% antes de 1915	Reforma Haussmann significativa
3	117,1 hec	35.666	1352	6,56	Vestuário, couro e joalherias	Profissões intelectuais superiores	14,2%	86,9% antes de 1915	Reforma Haussmann pouco significativa
4	160,1 hec	27.335	2.049	12,36	Residencial	Profissões intelectuais superiores	14,6%	86,6% antes de 1915	Reforma Haussmann significativa
5	254,1 hec	60.273	2.669	8,22	Ensino Superior	Profissões intelectuais superiores	10,9%	74,6% antes de 1915	Reforma Haussmann significativa
6	215,4 hec	43.479	719	3,05	Ensino Superior	Profissões intelectuais superiores	10,8%	84% antes de 1915	Reforma Haussmann significativa
7	408,8 hec	56.325	405	1,35	Serviço Público	Profissões intelectuais superiores	9,5%	70% antes de 1915	Reforma Haussmann pouco significativa
8	388,1 hec	39.175	619	2,98	Comércio	Profissões intelectuais superiores	11,3%	80,1% antes de 1915	Reforma Haussmann significativa
9	217,9 hec	59.427	2.080	6,09	Comércio	Profissões intelectuais superiores	14,7%	87,4% antes de 1915	Reforma Haussmann significativa
10	289,9 hec	92.494	6.498	12,67	SNCF, sociedades financeiras, setor têxtil e comércio	Demais empregados	18,1%	71,8% antes de 1915	Reforma Haussmann significativa
11	366,6 hec	153.461	10.942	12,71	Comércio e setor têxtil	Demais empregados	17%	57,2% antes de 1915	Reforma Haussmann significativa
12	637,7 hec	144.719	15.016	19,88	Serviço público e hospitais	Profissões intelectuais superiores	14,8%	38,4% antes de 1915	Reforma Haussmann moderada
13	714 hec	183.713	32.029	35,54	Residencial, hospitalar, escolas, centro comercial	Profissões intelectuais superiores e demais empregados	14,7%	33,8% entre 1949 e 1975	Durante a década de 70
14	562,1 hec	140.799	17.752	34,76	Residencial e serviço público	Profissões intelectuais superiores	13,2%	39,5% antes de 1915	Reforma Haussmann pouco significativa
15	850,2 hec	237.120	20.488	16,36	Serviço Público	Profissões intelectuais superiores	11,3%	30% antes de 1915	No período pós-guerras
16	784,6 hec	166.552	3.174	3,79	Setor imobiliário, empresarial, serviços de informática, publicidade e serviço público	Profissões intelectuais superiores	10,6%	39,6% antes de 1915	Reforma Haussmann significativa
17	567 hec	170.077	11.223	12,37	Empresas de Informática, publicidade e de contabilidade	Profissões intelectuais superiores	13,4%	58,8% antes de 1915	Reforma Haussmann pouco significativa
18	600,5 hec	199.519	21.308	20,58	Setor de transporte e comércio	Demais empregados	19,8%	55,2% antes de 1915	Reforma Haussmann pouco significativa
19	678,6 hec	185.953	32.861	38,04	Serviço Público	Demais empregados	22,1%	30,3% a partir de 1975	Reforma Haussmann moderada
20	598,40%	194.771	31.656	32,71	Empresas de limpeza, organizações de ação social	Demais empregados	20%	77,6% a partir de 1915	Reforma Haussmann pouco significativa

**Tabela 4: Perfis por arrondissements de Paris.** Elaboração da autora. Fonte: APUR, 2016.

Como algo em comum, todos eles passaram por reformas urbanas, sendo a mais importante, a reforma Haussmann, bem significativa nos bairros centrais. Os bairros de perfil mais central são sobretudo aqueles entre o 1º arr até o 9º arr e o 16º arr. que faz divisa com o 7º e o 8º arr. Os arr. 10, 11 são arrondissements de transição, com perfis nem tão cristalizados, nem tão adaptados à lei SRU, embora possuam índices elevados de desemprego, bem acima da média parisiense. Já os arrondissements 12 ao 20, com exceção do 16, se enquadram na segunda classificação de bairros.

Percebe-se também que os bairros do segundo grupo foram classificados antigamente como os *faubourgs*. Na história de Paris eles foram anexados pouco a pouco à cidade e hoje passam por uma questão complexa, que não será aprofundada neste trabalho, que é o processo de gentrificação.<sup>11</sup>

Caracterizando mais detalhadamente os bairros centrais, percebe-se que a profissão predominante são a de profissionais intelectuais superiores, uma classificação pelo Instituto Nacional de Estatística e Economia - INSEE para designar profissionais liberais, profissões com cargos públicos, professores, pesquisadores, engenheiros, empregados que compõem o quadro técnico e administrativo de uma empresa, são sobretudo profissionais altamente capacitados. Nos bairros centrais, a média da taxa de desemprego é menor que à média de Paris, que é de 11%.

A principal reforma urbana responsável pelo traçado das vias e construções existentes, foi a reforma Haussmann (1852-1870). Por isso quase todo seu território foi edificado antes de 1915. São esses bairros também considerados como os mais nobres, caros e turísticos de Paris, com exceção de Montmartre localizado no 18º arr.

Concernente às habitações, nenhum desses bairros alcançou o recomendável pela lei SRU, que é de 25%. O fato de ter o seu tecido urbano bem cristalizado é um aspecto que dificulta a construção de moradias com algum subsídio do Estado, o que significa reabilitar algumas moradias já existentes.

---

<sup>11</sup> Para espacializações mais detalhadas, é aconselhável consultar o artigo “Les dynamiques spatiales de la gentrification à Paris” escrito por Anne Clerval, disponível no link <https://cybergeog.revues.org/23231>. Acesso em 11 de fevereiro de 2016.

Já o segundo grupo de arrondissements, o 12º ao 20º com exceção do 16º, situados nos antigos *faubourgs*, são aqueles que apresentam a diversidade habitacional de Paris e com uma construção mais recente. O 20º arr. por exemplo possui apenas 22,4% de suas construções realizadas até 1915. A reforma urbana proporcionada por Haussmann, responsável pelo planejamento urbano no Segundo Império Francês, influenciou de uma maneira bem menos significativa nesses bairros.

A taxa média de desemprego nesses bairros é maior à média de Paris, chegando à 17% no 18º arr. As profissões que foram predominantes nos bairros centrais, são mais polarizadas nesse segundo grupo de bairros. A presença de profissionais intelectuais superiores e também de demais empregados aparece, pouco à frente dos operários.

Sobretudo os bairros situados à margem de Paris e à oeste são aqueles que possuem um maior número de habitações sociais, indo de 38,04% de habitações sociais no 19º arr. contra 1,38% do 7º arr. São os *arrondissements* mais periféricos, os atuais responsáveis por sustentar a política SRU em Paris.

Para Roberto Lobato Corrêa (1995), o espaço urbano é o conjunto de usos da terra ou a organização espacial da cidade. Ele é fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social. Segundo Corrêa, existem vários agentes sociais que fazem e refazem a cidade como proprietários do meio de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1995).

Referindo-se ao quadro habitacional de Paris, o Estado realizou e realiza ações concretas no processo de fazer e refazer a cidade. As reformas urbanas realizadas no tecido urbano de Paris, sendo a mais significativa a reforma Haussmann foi uma dessas ações. A lei SRU é outra ação que promove o refazer dessa cidade.

A implantação de enormes blocos e torres de caráter modernistas que caracterizam a forma dos conjuntos habitacionais na periferia de Paris também é outro exemplo da capacidade de “refazer” do Estado. O Estado também pode exercer seu poder para inferir nas estratégias dos demais agentes imobiliários evitando ou atenuando processos de especulação e também de gentrificação.

A produção do espaço urbano por meio de drenagens, aberturas de novas avenidas, alterações no traçado e planejamento urbano dos bairros mais centrais, colaborou para que os grupos sociais excluídos fossem deslocados cada vez mais para a periferia. Por

não possuem renda para pagar um aluguel e muito menos para comprar um imóvel, foram arrumando outras táticas de sobrevivência. A própria história do nascimento da *banlieue* evidencia essas práticas. A *banlieue pavillonnaire* e os atuais *bidonvilles* são alguns exemplos.

Os *arrondissements* centrais de Paris ainda conservam o que Corrêa (1995) coloca como composição das áreas centrais: concentram-se as principais atividades comerciais, de serviço, de gestão pública e privada. Entretanto, a verticalização não é característica dos bairros centrais de Paris pois, obedecendo a construção haussmanniana, a maioria dos prédios não passam de cinco ou sete andares, obedecendo a uma sociedade de classes dividida por andares: os mais baixos para os mais nobres e os mais altos, com mais escadas, para os menos abastados.

A segregação residencial a que se deve a localização de grande parte das habitações sociais como uma coroa ao redor de Paris evidencia a substituição dos operários e classes menos abastadas que antes conviviam nesses bairros, e que também foram substituídos cada vez mais pelas profissões que compõem as classes intelectuais superiores. Esse fenômeno de expulsão das classes mais populares para a periferia é chamada de gentrificação e é um fenômeno que também acontece em Paris atualmente.



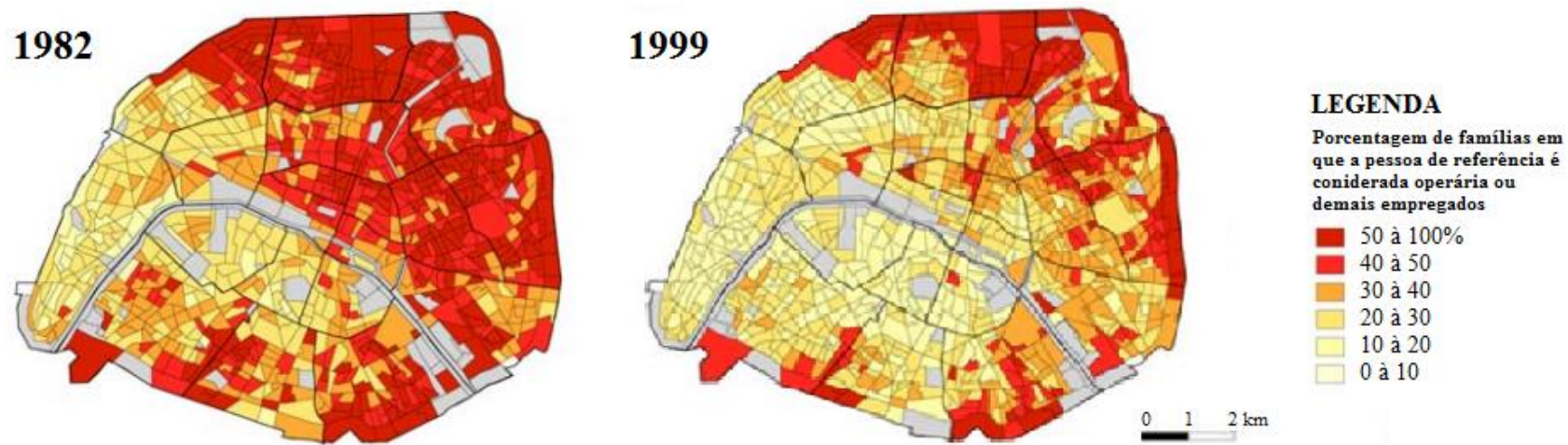


Figura 8: Processo de gentrificação em Paris entre os anos de 1982 e 1999. Fonte: CLERVAL, 2008. Tradução e Adaptação da autora.

A noção de gentrificação é profícua para analisar as transformações sociais e urbanas em Paris ao longo do século XX e ainda hoje, embora a utilização criação dessa noção tenha um outro contexto geográfico. Para efeitos de análise, a gentrificação exige considerar o parque habitacional e também os bairros populares, sendo a importância da noção de gentrificação nesse trabalho é que ela possui consequências sobretudo para as classes populares, em particular para os imigrantes.

A gentrificação se inscreve em uma dialética espacial político-espacial por excelência. Segundo Clerval (2008, p. 15), a gentrificação aparece como um processo de ajuste pelo qual alguns bairros, até então simbolicamente desvalorizados, são revalorizados e colocados em meio a uma atratividade potencial, causada talvez pela sua posição geométrica central na cidade ou próxima do centro”.

Anne Clerval (2008, p. 22) explica a significado do termo gentrificação. O vocábulo *gentry* designa a elite rural inglesa, e em particular a nobreza não titulada. Em sua origem, o *gentry* reagrupa todos aqueles que não fazem parte da nobreza, sem ser não mais cidadãos, proletários ou camponeses. O termo ainda corresponde a um grupo social intermediário mal definido, como o que é hoje a classe média. O vocábulo *gentry* possui também um sentido mais geral que designa a boa sociedade, as pessoas “bem nascidas” e carrega também um tom pejorativo. Assim, desde sua origem, o termo não é neutro e porta em si uma carga crítica.

Glass, o criador do termo gentrificação, (apud Clerval, 2008, p. 23) acredita que o termo relaciona-se a um duplo processo de transformação dos bairros populares, por meio da chegada de famílias mais abastadas. Esse fenômeno é acompanhado por uma alta dos preços imobiliários e de uma mudança no status de ocupação, da locação e da propriedade.

Embora o termo tenha surgido em um contexto industrial, esse fenômeno pode ser visto na França desde a época da haussmannização. A abertura de avenidas em bairros populares, atraiu para esses bairros uma nova elite.

Tanto apropriado pela sociologia urbana quanto pela geografia, foi com Neil Smith que o termo gentrificação ganhou maior profundidade crítica. Para o autor, a gentrificação é um fenômeno de reestruturação do espaço urbano, ligado à uma reestruturação geral do sistema econômico à escala mundial (CLERVAL, 2008, p. 31)

Smith parte do pressuposto que o processo de gentrificação é essencialmente internacional. Ele ocorre na América do Norte e em grande parte na Europa Ocidental e sobretudo nas cidades de maior porte no mundo (SMITH, 2007 p. 3). Para ele, a gentrificação não deve ser tratada como uma nova fronteira urbana

A expulsão pouco a pouco das classes mais populares para a periferia, assim como a manutenção das habitações sociais cada vez mais concentradas na banlieue, traduz-se na preservação da forma-conteúdo desses espaços e na cristalização dos bairros centrais. Sobretudo os bairros situados no nordeste de Paris já caminham para o departamento mais precarizado da região de Île-de-France que é o departamento de Seine-Saint-Denis.

Por fim, são os antigos *faubourgs*, que primeiramente foram anexados ao território parisiense passando pelo primeiro processo de valorização do solo urbano e que passam por um novo processo de valorização e transformação em bairros que atraem uma população mais abastada, caracterizando uma nova gentrificação.

### **2.3 Repensando a política urbana: o projeto Grand Paris e mudanças de escala para a metrópole**

O Projeto intitulado *Grand Paris* é um esforço para se pensar em um novo planejamento à escala de metrópole, que em seu projeto inicial busca mitigar o desgaste sócio-espacial na periferia parisiense. Como parceiros operacionais, encontra-se atores nos setores de arquitetura, urbanismo, econômico, política e transporte. Destaca-se a ação de todas as prefeituras das comunas afetadas com o projeto, o Conselho Regional de Île-de-France, a Prefeitura da Região de Île-de-France, coletividades locais, estabelecimentos públicos de planejamento e sindicatos.

Nas últimas décadas, o que se pode observar é que a cada nova demanda, a mesma era dirigida ao seu respectivo departamento, posteriormente à comuna, ou seja, haviam muitas fronteiras administrativas na resolução de problemas como por exemplo pensar a mobilidade urbana e a escala que a mesma abrange.

É inegável a centralidade que Paris possui na região de Île-de-France, mas no entanto, a visão que se tem consolidada de Paris é como uma cidade global, desmerecendo

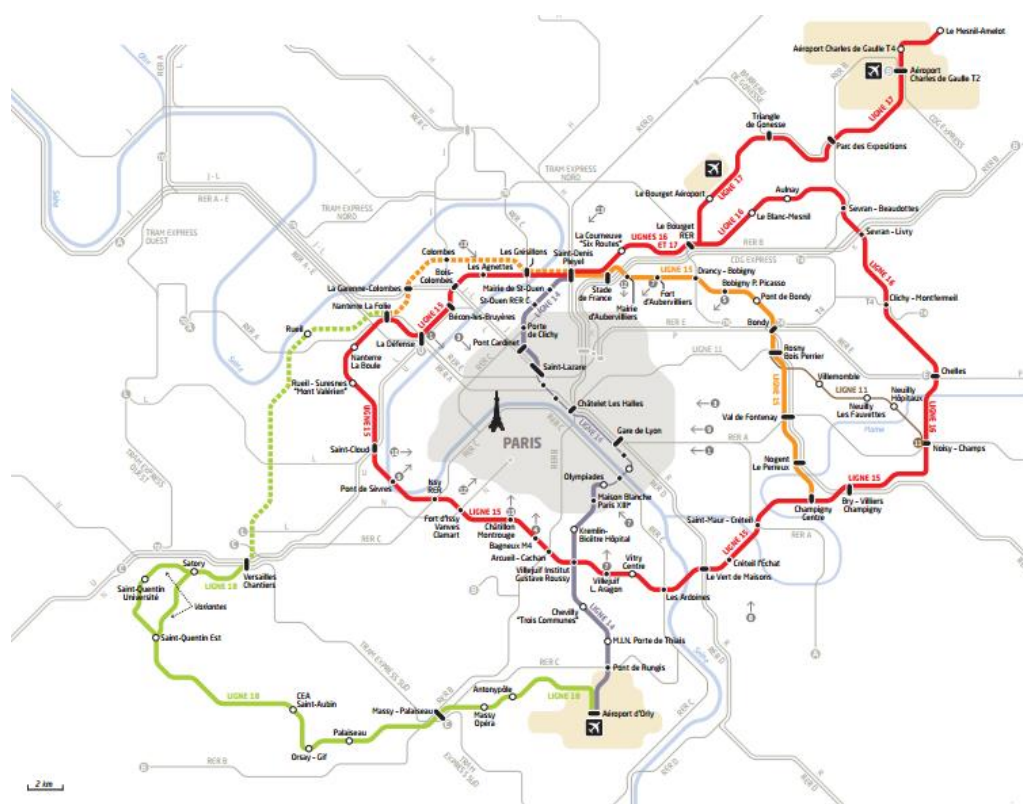
tudo um suporte proveniente da sua *banlieue* e que ao todo atribui a população da Grande Paris para sete milhões de pessoas. Pela primeira vez é pensada em uma Grande Paris, sob um viés voltado para a metropolização. Uma demanda em uma comuna, jamais é apenas dessa comuna pois a vida social atravessa as fronteiras administrativas. O projeto Grand Paris tem exatamente como proposta pensar não apenas a cidade de Paris, mas sim todas as comunas que a cercam, em uma escala de planejamento distinta das políticas territoriais já realizadas na França.

Para isso foi necessário olhar para áreas que não correspondiam apenas Paris e sim para a sua periferia para entender que havia por exemplo, uma demanda de um transporte público que ligasse periferia-periferia, sem ter que passar por Paris para fazer uma baldeação. Tal fluxo sobrecarrega o transporte dentro de Paris, que já é sobrecarregado, como por exemplo a estação Châtelet-Les-Halles com mais de 1.250.000 viajantes por dia, contando com três linhas de RER que é a principal forma de deslocamento de quem vem ou vai para a *banlieue* e mais cinco linhas de metrô.



Figura 9: Divisão territorial da Metrôpole da Grande Paris. Fonte: APUR 2015.

Hoje, na Île-de-France, aproximadamente 80% dos deslocamentos de *banlieue* à *banlieue* são feitos de carro por falta de um transporte coletivo eficiente. O projeto Grand Paris viabiliza 12 bilhões de euros para a renovação de linhas de RER e extensão da rede existente e ainda 22,6 bilhões para a Grand Paris Express, que é o nome do projeto de mobilidade. É também um projeto a serviço do desenvolvimento territorial que aproxima os trabalhadores do seu local de trabalho, liga as comunas aos polos de informação, emprego, saúde e lazer e estarão disponíveis entre 2019 e 2030<sup>12</sup>.



**Figura 10: Novas linhas de metrô a serem construídas no projeto Grand Paris Express e a atual linha de trens metropolitanos (banlieue-Paris) em segundo plano.** Fonte: Societé du Grand Paris (2015).

Da mesma maneira que o transporte público é uma necessidade, a habitação social também é uma prioridade para o projeto que objetiva a construção de 70 mil habitações

<sup>12</sup> Dados referentes ao Projet Grand Paris, disponíveis em <http://www.societedugrandparis.fr/english>. Acesso em 26 de abril de 2015.

sociais por ano durante 25 anos, contra 42 mil habitações atualmente segundo a Lei de 3 de junho de 2010<sup>13</sup>. Serão as áreas próximas às estações, prioridades na construção dessas habitações sociais, o que favorece para a integração desses habitantes no tecido urbano.

Apesar da construção de mais habitações sociais, o projeto da Grande Paris possui algumas contradições. Ele lida com um discurso muito importante que é de fato, levar uma diversificação nos transportes públicos da periferia e também em ampliar o parque de habitações sociais, colocando as mesmas próximas a esses pontos de circulação. Entretanto, ele informa muito pouco sobre desapropriações, impactos ambientais e o processo de gentrificação.

As novas divisões realizadas no território da Grande Paris apontam para diferentes índices de desemprego e de demanda habitacional. A porcentagem de habitações HLM variam de 17,6% em Paris até 40,2% em Plaine Commune localizada ao norte de Paris.

<b>Métropole du Grand Paris</b>	<b>No de comunas</b>	<b>População</b>	<b>Desemprego</b>	<b>Habitações HLM</b>
<b>T1 Paris</b>	20 arr.	2.265.886	11,5%	17,6
<b>T2 Sud Hauts-de-Seine</b>	11	394.997	10,1	29,0
<b>T3 GPSO</b>	8	314.621	8,7	16,9
<b>T4 La Défense</b>	11	568.139	9,8	22,9
<b>T5 Boucle Nord 92</b>	7	434.977	14,6	31,7
<b>T6 Plaine Commune</b>	9	414.806	22,1	40,2
<b>T7 Territoire des aéroports</b>	8	349.133	18,3	31,2
<b>T8 Est Ensemble</b>	9	402.477	18,6	37,5
<b>T9 Est Ensemble</b>	14	385.323	13,2	19,7
<b>T10 ACTEP</b>	13	505.372	10,2	19,4
<b>T11 Plaine Centrale - Haut Val-de-Marne - Plateau Briard</b>	16	306.010	12,2	29,7
<b>T12 - Val de Bièvres - Seine Amont - Grand Orly</b>	24	677.874	13,3	30,3
<b>Total</b>	150	7.019.615	12,8	23,9

**Tabela 5: Metr pole da Grande Paris em números (2013).** Fonte: APUR (2016). Elaboração da autora.



O que preocupa na análise do discurso que movimentava o projeto da Grande Paris são as possíveis vantagens que a metropolização e a competitividade podem trazer para a região.

A atratividade e a competitividade se misturam no discurso nacionalista, como o proferido por Sarkozy em 29 de abril de 2009 que diz:

Paris é uma cidade-mundo em que o seu nome possui uma significação para todas as pessoas da Terra. Paris é uma cidade mundo e uma economia-mundo. Ela não é somente a capital da França. Ela é também a rival de Londres, de New York, de Tokio e de Shangai. Ela pertence à grande rede de trocas e de comunicações planetárias. Ela em a vocação de estar em primeiro plano na civilização e na economia mundial<sup>14</sup>.

Segundo Sarkozy, a metrópole de Paris seria a escolhida por seu intenso dinamismo econômico, com um objetivo de competir com outras metrópoles afim de se manter na “rede de trocas e de comunicações planetárias”. Os Estados-Nações disputam a hegemonia do sistema.

O cluster de Saclay, a ser construído na metrópole de Paris, emerge como um dos mais importantes centros científicos e tecnológicos do mundo, segundo o mesmo discurso de Sarkozy de abril de 2009. Comparável a um Vale do Silício na versão francesa, o planejamento em Saclay é uma das faces ambiciosas do novo planejamento urbano nos arredores de Paris.

Uma outra questão é que estudos realizados pelo Atelier International du Grand Paris indica que a região de Île-de-France irá receber mais de 900 mil famílias até 2030 (ATELIER, 2012), uma imigração elevada, portanto, o parque habitacional a ser construído é exatamente para uma nova demanda e não afim de solucionar a demanda atual.

Ainda são poucos os trabalhos que denunciam o projeto Grand Paris. A principal denúncia são dos projetos-clusters, ainda pouco divulgados. O próprio projeto de lei que versa sobre a Grande Paris argumenta sobre “ações metropolitanas afim de melhorar o quadro de vida dos seus habitantes, de reduzir as desigualdades entre os territórios que a

---

<sup>14</sup> “Paris est une ville-monde dont le nom a une signification pour tous les peuples de la terre. Paris est une ville-monde et une économie-monde. Elle n'est pas que la capitale de la France. Elle est aussi la rivale de Londres, de New York, de Tokyo ou de Shanghai. Elle appartient au grand réseau d'échanges et de communications planétaires. Elle a vocation à être au premier plan dans la civilisation et dans l'économie mondiale.” Disponível em: <http://discours.vie-publique.fr/notices/097001304.html>. Acesso em 13 de fev. de 2016.

compõem, de desenvolver um modelo urbano, social e econômico durável, meios de uma melhor atratividade e competitividade ao benefício do conjunto territorial nacional<sup>15</sup>. Percebe-se que as palavras-chaves atratividade, competitividade e conjunto territorial. Mas quais a qual custo e sob qual finalidade a atratividade a competitividade se inserem? E quais serão os novos movimentos populacionais rumo à metrópole de Paris? A atual crise da habitação social será atenuada ou mais um fator de segregação?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho dedicou-se a expor algumas relações da demanda habitacional francesa e suas implicações na *banlieue* de Paris, no que toca os imigrantes e a dinâmica das habitações sociais na periferia. É necessário, pois, reconhecer alguns aspectos que se destacaram dos demais como a análise dos imigrantes na França no século XX, o surgimento da *banlieue* e a crise habitacional francesa, e a questão pós-colonial na França assim como disparidades sócio-espaciais.

Concernente à discussão do tecido urbano da metrópole parisiense, emerge a existência de uma França também dotada de fragmentações locais, instaurando no urbano, relações territoriais hierarquizadas.

O valor do imigrante cuja origem provém da questão pós-colonial e que é morador da *banlieue* é uma das mais baixas na pirâmide de classes na França. O imigrante, sensível às políticas, não consegue defrontar nem afrontar o Estado, seja porque não possui direito a voto, seja porque não consegue ser tão forte quanto o mesmo.

Esses imigrantes encontram-se em meio a um mosaico entre território político, soberania e nacionalismo e que reforçam a segregação residencial a qual eles estão inseridos. As leis de imigração, inclusive aquelas de refugiados, estão sujeitas a mudanças

---

<sup>15</sup> “La métropole du Grand Paris est constituée en vue de la définition et de la mise en œuvre d'actions métropolitaines afin d'améliorer le cadre de vie de ses habitants, de réduire les inégalités entre les territoires qui la composent, de développer un modèle urbain, social et économique durable, moyens d'une meilleure attractivité et compétitivité au bénéfice de l'ensemble du territoire national. La métropole du Grand Paris élabore un projet métropolitain. Les habitants sont associés à son élaboration selon les formes déterminées par le conseil de la métropole sur proposition du conseil de développement”. Disponível em: [http://www.senat.fr/amendements/2014-2015/175/Amdt\\_186.html](http://www.senat.fr/amendements/2014-2015/175/Amdt_186.html). Acesso em 12 de fev. de 2016.



constantes, variando por país, ainda que o mesmo pertença à União Europeia. Só em 2015, a imigração e a crise dos refugiados foram capazes de serem o principal tema das eleições departamentais na França.

Nesse trabalho, percebe-se que aquele que é imigrante, seja legal ou não, é colocado em uma situação assaz frágil perante seus direitos. A cidadania é corrompida em diversas escalas, seja a do território nacional, seja na escala inter-Estados. A concentração de imigrantes ou descendentes de imigrantes maghrebins na *banlieue* é emblemática para essa análise. A interdição ao acesso ao território nacional após a expulsão do território por ser um imigrante legal, demonstra que a soberania nacional é ainda preponderante ao Tratado de Schengen, que permite a livre circulação das pessoas no território pertencente à União Europeia.

Historicamente a condição de acesso por partes dos imigrantes às habitações de caráter social foram precárias e por diversos motivos. O primeiro deles é não há e nunca houve uma política específica sobre demanda de habitação social para os imigrantes. Sequer há a informação quantitativa sobre a demanda de habitação social por parte de quem é imigrante. Em segundo lugar, as habitações sociais, de caráter modernista, foram edificadas sob um caráter precário e manutenção insuficiente o que levou, inclusive, à demolição no lugar da reabilitação. Em terceiro lugar, a segregação residencial em que os imigrantes e suas gerações foram submetidos agravou estereótipos e preconceitos. Ainda assim, os bairros mais populares passam por um processo de gentrificação. Uma gentrificação e segregação residencial acentuada após as reformas urbanas e que ainda persiste nas últimas décadas, o que resulta afirmar que não houve um engajamento completo por parte do governo francês em amenizar as desigualdades de acesso quantitativo e qualitativo desse extrato da população às habitações sociais.

A criação de Ministérios e Instituições são a sedimentação de leis e regras do Estado. O Estado por meio da criação do Ministério da Identidade Nacional fornece mais força ao “projeto francês”. Observa-se que a criação de um Ministério da Imigração e da Identidade Nacional, na mesma esfera, possui uma problemática de que a imigração e a identidade nacional devem ser pensadas em conjunto.

A própria herança da França, colonialista, leva a refletir sobre a submissão dos povos estrangeiros aos seus interesses. Ainda assim, a França não perdeu o seu caráter colonizador e em partes, hegemônico. O limite da liberdade de expressão não é

respeitado, nem mesmo nos discursos proferidos por políticos e autoridades francesas: desde o discurso direto tendo como adjetivos a “escória” e “infelizes” até os mais sutis como civilização francesa, identidade nacional. Não há nada novo em afirmar que o urbano, segregador, materializa as políticas segregacionistas. Resta senão optar por continuar a combater as diferenças incômodas de cultura e modos de vida e em um descaso com acordos de solidariedade internacional ou praticar a possibilidade de viver serenamente com outras, também, civilizações.

E justamente pensando em novas perspectivas de planejamento territorial em Paris e seus arredores, foi criado o projeto Grand Paris. Nesse contexto, esse projeto tem como discurso a articulação entre a demanda habitacional existente, pressionando o crescimento da cidade e ao mesmo tempo, atraindo projetos de transportes e equipamentos urbanos e que deve ser acompanhada a sua implementação nos anos que seguem.

Entretanto, até o momento de realização dessa pesquisa, não houve nenhuma política que combata a especulação imobiliária nessa nova região. Isso não indica que o projeto tenha o objetivo de causar uma nova gentrificação nessas comunas, assim como também não há uma política que garanta os novos empregos serão atribuídos às populações locais.

Ademais, o fato é que há uma nova reforma urbana em curso nessas regiões. Não há informações claras sobre os locais que já ocorrem as demolições para construção das estações de metrô. A única informação no próprio site do projeto é que alguns quarteirões já foram demolidos, mas nenhuma informação de quantas famílias e nem dos seus destinos<sup>16</sup>.

Esse processo, tal como lembra Smith (2002) reforça a gentrificação como um processo e anomalia no mercado imobiliário de algumas cidades-comandos, tratando-se de uma estratégia em um contexto de uma cidade neoliberal. Sua incidência é global e conectada nos circuitos do capital global e da circulação cultural. Se tanto a gentrificação quanto a segregação residencial já fizeram parte da história de Paris desde os *faubourgs* até as *banlieues*, será ainda mais difícil amenizar esses fenômenos com a política de metropolização em curso.

---

<sup>16</sup> Informações vagas sobre os impactos da obra. Disponível em: <https://www.societedugrandparis.fr/travaux-du-grand-paris/le-point-sur/les-demolitions>. Acesso em 13 de fev. de 2016.

Se a vivência na cidade se faz pela sua habitação e também sua mobilidade no espaço, a vivência para quem mora na periferia foi até então duplamente prejudicada. A articulação de Paris, sob o ângulo de uma cidade capitalista amplia ainda mais a fragmentação de seu território.

Ressalta-se que a diferença de vivências é extremamente útil, mas a sua desigualdade não. Reconhece-se que o espaço urbano parisiense não é homogêneo e por isso há nele processos. Mas a quais custos esse movimento, essa transformação acontecerá?

O questionamento sobre qual tipo de cidade queremos, persiste. Não há dúvidas que a questão da mobilidade urbana nas periferias, questão essa um enclave, foi pensada. Mas quais serão as consequências para as classes populares após a efetiva metropolização, criação de *clusters* e dos novos movimentos populacionais rumo à Grande Paris? As cidades no período atual revelam-se como lugares onde a segregação torna-se concreta, seja nos países centrais ou nos países periféricos. O espaço urbano de Paris não é diferente, aos imigrantes, sobretudo de origem africana, têm sua cidadania reduzida pelo lugar de habitação ou mesmo pela negação do direito de habitar o território francês.

Ainda se faz necessária a construção de uma França mais democrática à convivência em igualdade política, cultural, econômica, social e também urbana, no que diz respeito aos imigrantes e seus descendentes, para que a criação de novos *Grands Ensembles*, não acabe segregando novamente a população de imigrantes e seus descendentes em uma nova onda de disparidade sócio-espacial, que se revela pela segregação residencial.

## REFERÊNCIAS

AGENCE NATIONALE POUR L'INFORMATION SUR LE LOGEMENT (ANIL). Conditions. 2015. Disponível em: <http://www.anil.org/profil/vous-etes-locataire/se-loger/en-hlm/conditions/#c51564>. Acesso em 13 de fev. 2016.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**. Fondo de Cultura Económica, 1993.

ATELIER INTERNATIONAL DU GRAND PARIS. Six questions sur le logement em Île-de-France. 2012. Disponível em: <http://ateliergrandparis.fr/ressources/logement/index.php>. Acesso em 13 de fev. de 2016

ATELIER PARISIEN D'URBANISME (APUR). Les chiffres du logement social à Paris, début 2015. 2015a. Disponível em: [http://www.apur.org/sites/default/files/documents/note90\\_logement\\_social\\_2015.pdf](http://www.apur.org/sites/default/files/documents/note90_logement_social_2015.pdf). Acesso em 25 jul. 2015.

ATELIER PARISIEN D'URBANISME (APUR). La métropole du Grand Paris compte près de 7 millions d'habitants. 2016. Disponível em: [http://www.apur.org/sites/default/files/documents/note\\_97\\_metropole\\_grand\\_paris\\_7\\_millions\\_habitans.pdf](http://www.apur.org/sites/default/files/documents/note_97_metropole_grand_paris_7_millions_habitans.pdf). Acesso em 14 de fev de 2016.

ATELIER PARISIEN D'URBANISME (APUR). Paris et ses quartiers. État des lieux. Éléments pour un diagnostic urbain. Les vingt arrondissements. Disponível em: <http://www.apur.org/etude/paris-quartiers-lieux-elements-un-diagnostic-urbain-vingt-arrondissements>. Acesso em 14 de fev de 2016.

ATELIER PARISIEN D'URBANISME (APUR). Portrait d'arrondissement. Disponível em: [http://www.apur.org/dataviz/fiches\\_arrdt/data/Fiche\\_8e.pdf](http://www.apur.org/dataviz/fiches_arrdt/data/Fiche_8e.pdf). Acesso em 14 de fev de 2016.

ATELIER PARISIEN D'URBANISME (APUR). Composition des 12 territoires de la Métropole du Grand Paris. 2015. Disponível em: <http://www.apur.org/article/composition-12-territoires-metropole-grand-paris>. Acesso em: 12 fev. 2016.

BAY, N. 10500 places d'hébergement pour les clandestins : Cazeneuve applique la préférence étrangère! **Front National**, Paris, 2015. Disponível em: <http://www.frontnational.com/2015/06/10-500-places-dhebergement-pour-les-clandestins-cazeneuve-applique-la-preference-etrangere/> Acesso em 27 jun 2015

CARTON, A. Le droit de vote des étrangers. 2007. Disponível em: <http://www5.ac-lille.fr/~immigration/ressources/spip.php?article125> Acesso em 22 jun 2015

CLERVAL, A. La gentrification à Paris intra-muros: dynamiques spatiales, rapports sociaux et politiques publiques. Tese de doutorado. Université Panthéon Sorbonne, 2008.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. Editora Ática, 1995.

CORRÊA, R. L. Segregação Residencial : classes sociais e espaço urbano. In : **A Cidade Contemporânea** : segregação espacial. Editora Contexto, 2013.

SCHON, J. L; SCODELLARO, C. **Discrimination au logement et ségrégation ethnoraciale en France**. INED, 2012. Disponível em: [http://www.ined.fr/fichier/s\\_rubrique/19561/document\\_travail171.fr.pdf](http://www.ined.fr/fichier/s_rubrique/19561/document_travail171.fr.pdf) Acesso em 29 jun 2015.

CIATTONI, A.; VEYRET, Y.. **Les fondamentaux de la Géographie**. Armand Colin, 2015.

DARES (Direction de l'animation de la recherche, des études et des statistiques). Habiter em ZUS et être immigré: um double risque sur le marché du travail. n. 48.1, 2009.

DRIHL (Direction Régionale et Interdépartementale de l'Hébergement et du Logement). Droit au logement Opposable: mode d'emploi. 2012. Disponível em: [http://www.drihl.ile-de-france.developpement-durable.gouv.fr/IMG/pdf/droit-au-logement-opposable-dalo-mode-d-emploi\\_cle112d47.pdf](http://www.drihl.ile-de-france.developpement-durable.gouv.fr/IMG/pdf/droit-au-logement-opposable-dalo-mode-d-emploi_cle112d47.pdf). Acesso em 25 jul. 2015.

FAURE, A. Spéculation et société : les grands travaux à Paris au XIXe siècle. In: **Histoire, économie et société**. 2004, p. 433-448. Disponível em: [http://www.persee.fr/doc/AsPDF/hes\\_0752-5702\\_2004\\_num\\_23\\_3\\_2433.pdf](http://www.persee.fr/doc/AsPDF/hes_0752-5702_2004_num_23_3_2433.pdf). Acesso em: 10 de fev. 2016

FOURCAULT, Annie. Les banlieues populaires ont aussi une histoire. *Révue Projet*, 2007. Disponível em: <http://www.revue-projet.com/articles/2007-4-les-banlieues-populaires-ont-aussi-une-histoire/>. Acesso em 10 de fev. 2016

---

Front national. Drames en méditerranée : pour une politique dissuasive d'immigration. **Front National**, Paris, 2015a. Disponível em: <http://www.frontnational.com/2015/04/drames-en-mediterranee-pour-une-politique-dissuasive-dimmigration/> Acesso em 27 jun 2015

---

Front National. Stopper l'immigration, renforcer l'identité française. **Front National**, Paris, 2015b. Disponível em: <http://www.frontnational.com/le-projet-de-marine-le-pen/autorite-de-letat/immigration/> Acesso em 27 jun 2015.

Front National. Une politique ambitieuse du logement. **Front National**, Paris, 2015c. Disponível em: <http://www.frontnational.com/le-projet-de-marine-le-pen/redressement-economique-et-social/logement/> Acesso em 29 jun 2015.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**. V.2 n.3 2012. Disponível em: [http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/86/2012v2n3\\_Gottmann](http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/86/2012v2n3_Gottmann). Acesso em 20 de janeiro de 2016.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**. Editora Bertrand, 2004.

HAESBAERT, R. **Viver no Limite**. Editora Bertrand, 2014.

HARZOUNE, M. Qu'entend-on par "politique des quotas"? Musée de l'Histoire de l'Immigration, Paris, 2012. Disponível em: <http://www.histoire-immigration.fr/histoire-de-l-immigration/questions-contemporaines/politique-et-immigration/qu-entend-on-par-politique-des-quotas> Acesso em 24 jun 2015.

INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ÉTUDES ÉCONOMIQUES – INSEE (France). **Langue, diplômes: des enjeux pour l'accès des immigrés au marché du travail**. 2008. Disponível em: [http://www.insee.fr/fr/themes/document.asp?ref\\_id=ip1262#inter3](http://www.insee.fr/fr/themes/document.asp?ref_id=ip1262#inter3). Acesso em 08 fev. 2014.

INSEE (France). **Les ZUS franciliennes: um paysage contrasté**. 2011, 9p. Disponível em: [http://www.insee.fr/fr/insee\\_regions/idf/themes/alapage/alap356/alap356.pdf](http://www.insee.fr/fr/insee_regions/idf/themes/alapage/alap356/alap356.pdf). Acesso em 05 fev. 2014.

INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ÉTUDES ÉCONOMIQUES – INSEE (France) Étrangers, Immigrés. 2012. Disponível em

[http://www.insee.fr/fr/themes/document.asp?ref\\_id=T12F037#tableaux](http://www.insee.fr/fr/themes/document.asp?ref_id=T12F037#tableaux) Acesso em 27 jun 2015.

INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ÉTUDES ÉCONOMIQUES – INSEE (France) **Immigration dans les anciennes et nouvelles régions de France.** 2015. Disponível em: <http://www.immigration.interieur.gouv.fr/Info-ressources/Actualites/Focus/Immigration-dans-les-anciennes-et-nouvelles-regions-de-France> Acesso em 29 jun 2015.

KÉ SHON, J. L. P. Portrait statistique des zones urbaines sensibles. Population, mobilité, habitat, chômage, scolarité. **Informations sociales**, 2007, p. 24-32 URL : [www.cairn.info/revue-informations-sociales-2007-5-page-24.htm](http://www.cairn.info/revue-informations-sociales-2007-5-page-24.htm).

LE MONDE. Avis défavorable à la demande de séjour de la famille de Leonarda. **Le Monde**, Paris, 07 jan 2014. Disponível em: [http://www.lemonde.fr/societe/article/2014/01/07/examen-du-recours-de-la-famille-de-leonarda-dibrani\\_4343751\\_3224.html](http://www.lemonde.fr/societe/article/2014/01/07/examen-du-recours-de-la-famille-de-leonarda-dibrani_4343751_3224.html) Acesso em 26 jun 2015.

LeJDD. **Sans-papiers : pourquoi il y aura 10.000 régularisations supplémentaires.** LeJDD, 2013 Disponível em: <http://www.lejdd.fr/Societe/Sans-papiers-pourquoi-il-y-aura-10-000-regularisations-supplementaires-637473> Acesso em 22 jun 2015.

LE PEN, M. Réaction de Marine Le Pen à l'attentat islamiste en Isère. **Front National**, Paris, 2015. Disponível em: <http://www.frontnational.com/2015/06/reaction-de-marine-le-pen-a-lattentat-islamiste-en-isere/> Acesso em 26 jun 2015.

MERLIN, P. **Les Grands Ensembles.** Paris: La Documentation Française, 2010. ISSN: 1763-6191.

MONNIER, A. K.. “La construction symbolique de l'identité nationale française dans les discours de la campagne présidentielle de Nicolas Sarkozy”. Disponível em: <http://communication.revues.org/2010> ; DOI : 10.4000/communication.2010. Acesso em 15 de fev de 2015.

MUSÉE DE L'HISTOIRE DE L'IMMIGRATION. **Qu'est-ce qu'un "sans-papiers"?** 2007. Disponível em: <http://www.histoire-immigration.fr/histoire-de-l-immigration/questions-contemporaines/les-mots/qu-est-ce-qu-un-sans-papiers> Acesso em 25 jun 2015.

NAÏR, S.. **L'immigration expliquée à ma fille**. Éditions du Seuil, 1999. ISBN : 978-2-02-035453-0.

NOIRIEL, G. **À quoi ser "l'identité nationale"?** Agone, 2007.

Prefeitura de Paris. Cimetières. Disponível em: Disponível em: <http://www.paris.fr/services-et-infos-pratiques/environnement-et-espaces-verts/nature-et-espaces-verts/cimetieres-117>. Acesso em 7 de fev. de 2016

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Editora Ática, 1993.

SAINT JUST, W. Jardin d'Éole : ce sont maintenant les drogués qui chassent les clandestins. **Front National**, Paris, 2015. Disponível em: <http://www.frontnational.com/2015/06/jardin-deole-ce-sont-maintenant-les-drogues-qui-chassent-les-clandestins/> Acesso em 25 jun. 2015.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. 19ª Ed; Rio de Janeiro: Record, 2010.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. Editora Contexto, 2013.

SMITH, N. New Globalismo, New Urbanism: Gentrification as global urban strategy. **Antípode**, n. 34, 2002, p. 427-450.

SMITH, N. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **Revista GEOUSP**, n. 21, 2007.

SOCIÉTÉ DU GRAND PARIS. Mapa da Grande Paris Express. Disponível em: [https://www.societedugrandparis.fr/wp-content/uploads/2015/06/sgp\\_gpe\\_a4\\_avril2015.pdf](https://www.societedugrandparis.fr/wp-content/uploads/2015/06/sgp_gpe_a4_avril2015.pdf). Acesso em 12 de fev. de 2015.

TODOROV, T. **O medo dos bárbaros**. Editora Vozes, 2010.

VASCONCELOS, P. A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: **A Cidade Contemporânea: segregação espacial**. Editora Contexto, 2013.

VIE PUBLIQUE. **Tous les habitants de la France sont-ils des citoyens français?** République Française, 2013a. Disponível em: [http://www.vie-publique.fr/decouverte-institutions/citoyen/citoyennete/citoyen-france/tous-habitants-france-sont-ils-citoyens-francais.html#rub\\_40](http://www.vie-publique.fr/decouverte-institutions/citoyen/citoyennete/citoyen-france/tous-habitants-france-sont-ils-citoyens-francais.html#rub_40) Acesso em 20 jun. 2015.

---



VIE PUBLIQUE. **Quels sont les droits des étrangers?** République Française. 2013b.

Disponível em: <http://www.vie-publique.fr/decouverte-institutions/citoyen/citoyennete/citoyen-france/quels-sont-droits-etrangers.html>

Acesso em 20 jun 2015.

VIE PUBLIQUE. **Entrée, séjour, travail, éloignement: le statut des étrangers.**

République Française, 2014a. Disponível em: <http://www.vie-publique.fr/politiques-publiques/politique-immigration/legislation-reglementation-statut-etrangers-entree-sejour-travail-eloignement/> Acesso em 20 jun 2015.

VIE PUBLIQUE. **La Souveraineté nationale.** République Française, 2014b. Disponível

em: <http://www.vie-publique.fr/decouverte-institutions/institutions/approfondissements/souverainete-nationale.html> Acesso em

20 jun 2015.

UNIÃO EUROPEIA. DIRECTIVA 2008/115/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 16 de Dezembro de 2008. **Jornal Oficial da União Europeia.**

Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32008L0115&from=FR> Acesso em 20 jun. 2015.